



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.

UNIDADE REQUISITANTE: Coordenadoria de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras - DER/RO.

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O presente Termo de Referência fora elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar (0058421702) e Solicitação de Compra - Contratação de Serviços (0055645837), nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2024, bem como o Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, conforme os princípios licitatórios.

3. DO OBJETO E ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

3.1. **DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projeto básico, executivo e execução do reforço estrutural da ponte sobre o Rio da Vala na RO-005 km-40, Ramal Aliança/Nova Aliança - município de Porto Velho/RO.

3.2. **DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projeto básico, executivo e execução do reforço estrutural da ponte na linha RO-005 (Ponte da Vala) km-40, Rio Jamari, Ramal Aliança/Nova Aliança - município de Porto Velho/RO	UNIDADE	01

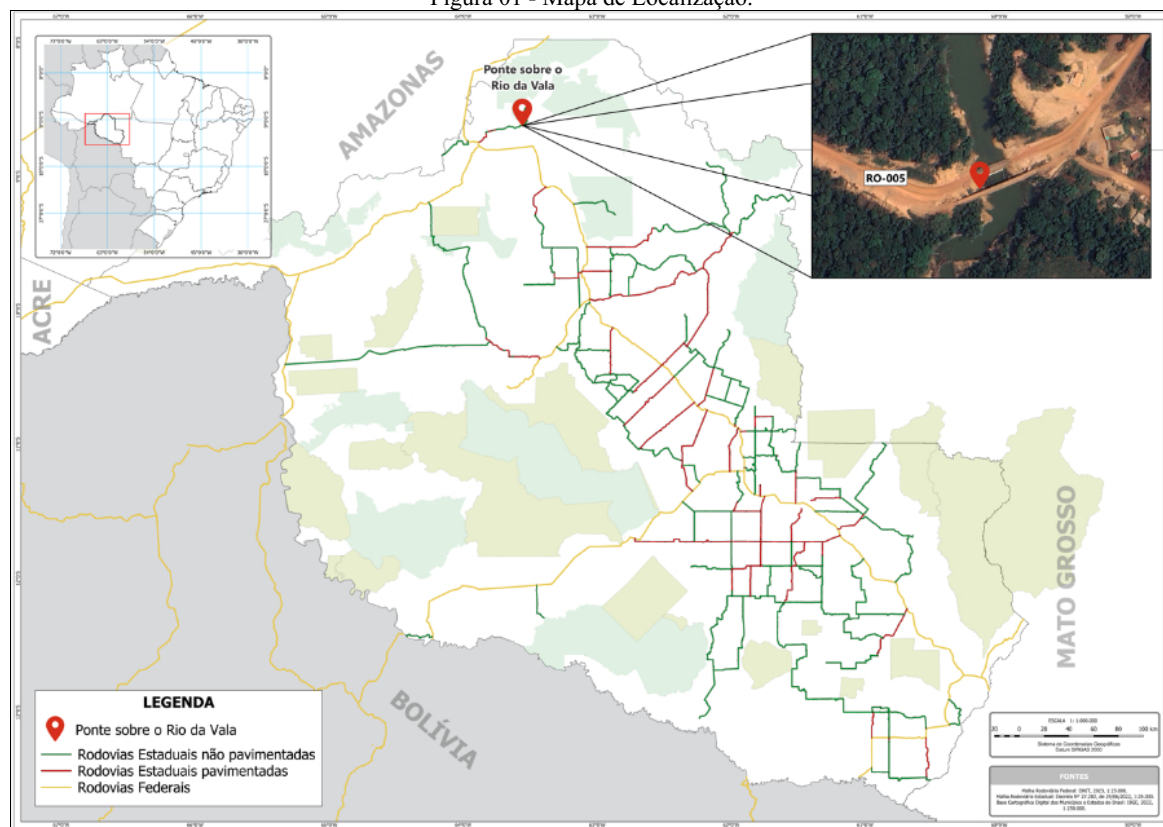
3.2.1. O orçamento completo atualizado desta obra, contendo os respectivos quantitativos, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte estão inserido neste processo. Os preços unitários atualizados foram os praticados pelo Sistema de Custos Rodoviários NOVO SICRO – Mês base julho/2024 - Rondônia e constam na Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499) e seus documentos complementares, sendo estes Adendo Tabela de Preços de Consultoria - julho de 2024 (0055535996), Adendo Tabela de Consolidação de Custos - julho de 2024 (0055536119), Adendo Índice de Reajustamento de abril para Julho/2024 (0055566244), Adendo BDI OAE PONTE DA VALA JULHO 2024 (0055569506), Adendo BDI CONSULTORIA PONTE DA VALA JULHO 2024 (0055544593), Adendo ADM SICRO JULHO 2024 - PONTE DA VALA (0055577602), Adendo MOBILIZAÇÃO E DESMOB. PONTE DA VALA SICRO JUL/24 (0055577832), Adendo CANTEIRO PONTE DA VALA - SICRO JULHO 2024 (0055578072), Adendo Composições - Elaboração de Projetos (0055585572), Adendo COMPOSIÇÃO DETALHAMENTO DE PROJETO (0055589305).

3.2.2. **DAS INFORMAÇÕES ESSENCIAIS:**

- **Rodovia:** RO-005.
- **Trecho:** km 40, Ramal Aliança (L-28 de Novembro / Nova Aliança).
- **Extensão:** 99,00 m.
- **Largura:** 6,35 m.
- **Localização:** [Google Maps](#).
- **Município:** Porto Velho.
- **Coordenadas:** 8°37'16.1"S 63°33'17.3"W
- **Modalidade:** Concorrência.
- **Critério de julgamento:** Técnica e Preço.
- **Regime de Contratação:** Contratação Integrada.
- **Crítérios de Medição:** O serviço deverá ser executado conforme Especificação Técnica de serviço e Instruções presentes na Nota Técnica 27 (0055557650), a medição será dada de acordo com o disposto neste Termo de Referência.
- **Benefícios e Despesas Indiretas - BDI:** 31,11% para a construção da OAE e 44,66% para os serviços de consultoria conforme Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499).

3.2.2.1. A Figura 01 apresenta o mapa de localização da ponte em questão:

Figura 01 - Mapa de Localização.



3.2.2.2. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas em todas as peças técnicas contidas no **Anteprojeto de Engenharia** disponibilizado pela Coordenadoria de Planejamento, Projetos e Orçamento de Obras – CPPOO deste Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes.

3.2.2.3. Os serviços relacionados a **contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projeto básico, executivo e execução do reforço estrutural da ponte na linha RO-005 (Ponte da Vala) km-40, Rio Jamari, Ramal Aliança/Nova Aliança - município de Porto Velho/RO** compreendem as seguintes atividades:

1. **REALIZAÇÃO DE ENSAIOS**
2. **ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO**
3. **MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO**
4. **ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
5. **EXECUÇÃO DO REFORÇO DA PONTE**
6. **INFRAESTRUTURA**
7. **MESOESTRUTURA**
8. **SUPERESTRUTURA**
9. **ACABAMENTOS**
10. **SINALIZAÇÕES**

3.2.2.4. As práticas de execução deverão obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER/RO, as prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Termo de Referência.

3.2.2.5. O anteprojeto de Engenharia a ser considerado está presente nos documentos Adendo Anteprojeto-Rio da Vala Rev04 (0052977721) e Adendo Ramal aliança reforço (0052977804).

3.2.2.6. As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto são previstas no Edital.

3.3. **DA NATUREZA DO OBJETO**

3.3.1. Conforme já explanado anteriormente o objeto deste Termo de Referência trata-se da contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projeto básico, executivo e execução do reforço estrutural da ponte sobre o Rio da Vala na RO-005 km-40, Ramal Aliança/Nova Aliança - município de Porto Velho/RO. Segundo o art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o

espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

[...]

XXI- serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;"

3.3.2. Considerando que o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União infere a ideia de novidade para distinguir obra de serviço de engenharia, consignando que:

"Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente.

(...)

Serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado."

3.3.3. Vale dispor a dissertação acerca da classificação de obras especiais de engenharia apresentada pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP em sua Nota Técnica IBR 001/2021, capítulo 5:

As obras **especiais de engenharia** são aquelas **obras de alta complexidade**, quase sempre de grande porte e elevado risco, para as quais é preciso estabelecer com maior cuidado as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos costumam ser de domínio restrito no mercado ou apresentam elevado nível de inovação tecnológica, para as quais exista um menor número de potenciais fornecedores e executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional.

3.3.4. Portanto, o objeto da contratação pode ser dividido em dois grupos com classificações distintas quanto à sua natureza, sendo estes:

- **Elaboração de projetos:** este grupo compreende a elaboração dos projetos básico e executivo do reforço específicos para a localidade em questão, os quais correspondem, portanto, a **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual** relativo à projetos básicos e projetos executivos;
- **Execução da Obra:** este grupo compreende à execução do reforço da ponte em si, correspondendo a **uma obra especial de engenharia**, o que se deve em especial à necessidade de implementação de novas estacas à fundação, tendo em vista que isto implica na incorporação de coisa nova à estrutura já existente, e à necessidade de estabelecer com maior cuidado as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O modal rodoviário é o mais utilizado no Brasil, concentrando 61% da movimentação de mercadorias e 95% de passageiros. Desta forma, é notória a importância da infraestrutura rodoviária para o desenvolvimento econômico do país e para a garantia de direitos fundamentais dos seus cidadãos (CNT/SEST/SENAT 2019).

4.2. As rodovias são classificadas como obras lineares por possuírem a dimensão longitudinal significativamente maior que as demais, principalmente em um país continental como o Brasil. Elas atravessam diversas condições de relevo, solo e hidrologia, onde a estabilidade geotécnica desses empreendimentos é comprometida, podendo trazer graves consequências econômicas, sociais e ambientais.

4.3. Diante disso, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO), busca promover melhorias na malha rodoviária do Estado de Rondônia através de investimentos em regime de execução indireta, visando equacionar problemas de trafegabilidade principalmente nos locais de pontes, tendo em vista que estas comportam um fluxo

diário considerável de veículos, inclusive de transporte de carga, uma vez que os trechos informados servem para escoamento de produção agropecuária, tornando as pontes pontos críticos.

4.4. Obras de arte especiais são de extrema importância, em especial em estradas vicinais pois são responsáveis por promoverem integração regional e condicionar, em especial, o tráfego de caminhões e máquinas, contribuindo com o agronegócio, proporcionando deslocamentos de máquinas durante a safra, bem como o escoamento final da produção agrícola (SORIANO E MASCIA, 2009), além disso, também exercem papel fundamental no que diz respeito ao transporte escolar e abastecimento dos municípios. Portanto, levando em consideração as funções econômicas e sociais exercidas por uma ponte, retirá-la de serviço ou restringir sua carga máxima aceitável gera perturbações no devido andamento das rodovias, acarretando prejuízos à população em geral (MILANI E KRIPKA, 2012).

4.5. A rodovia RO-005, onde apresenta-se a problemática é de administração estadual e está cadastrada no SRE sob o código 005ERO0050, de acordo com o Decreto nº 27.282, de 29 de junho de 2022.

4.6. O objeto do presente estudo é a travessia do canal conhecido como Rio da Vala, um canal artificial que liga o Rio Candeias, braço do Rio Jamari, ao Rio Madeira, localizado no município de Porto Velho, próximo à Agrovila Aliança, distante cerca de 40 quilômetros da sede do município.

4.7. A travessia que se pretende garantir o transbordo é um canal que tem aproximadamente 2 km de extensão e largura média de 40 metros, podendo chegar a 80 metros em períodos de cheia, o qual "corta" a rodovia estadual RO-005, muito utilizada pelas comunidades ribeirinhas, pelos habitantes do Distrito de São Carlos e demais visitantes que buscam o lazer ofertado na região.

4.8. Segundo Palitot [2] , o canal teria sido construído em 1910 ou 1912 por um seringalista, a fim de facilitar o escoamento de borracha para o Rio Amazonas e assim alcançar o Oceano Atlântico, conforme Figura 02:

Figura 02 - Rio da Vala - Município de Porto Velho/RO.



4.9. Nesta anunciada travessia havia uma ponte precária em estrutura de madeira (Figura 03) cujo comprimento era de 86,50 m, na qual este departamento atendendo as necessidades de melhorias celebrou em 20 de Setembro de 2018 o Contrato n.º 37/18/PJ/DER-RO, cujo objeto seria a **Construção de Ponte em Concreto Pré-Moldado Protendido localizada sobre o Rio da Vala (km 2,7), No Ramal Aliança. Trecho L-28 de Novembro/Nova Aliança com extensão de 100,00 m, largura de 6,35 m, e área De 635,00 m²**, em substituição a existente.

Figura 03 - Ponte de madeira sobre o Rio da Vala (Imagem retirada do Google - 2012).



4.10. O referido contrato apresenta-se com uma sequência de entraves os quais foram detalhados na Autorização (0054677716) que fundamenta este estudo.

4.11. Na localidade moram centenas de famílias que dependem da mobilidade segura de ônibus escolares, ambulâncias, forças de segurança, caminhões carregados com mercadorias, que contribuem para a economia local e escoamento de produtos como açaí, peixes, castanha, entre outros, além de veículos de passeio dos moradores e visitantes que movem o turismo da região em idas a balneários, flutuantes, festivais de pesca esportiva, Lago do Cuniã e festas tradicionais como Festival Calderitas na Vila Calderita, entre outros no Baixo Madeira. Ainda, no que se refere a economia, o local possui empresas que usam esse acesso.

4.12. Importante destacar a Recomendação Administrativa nº 1/2024 PGJ/GAEMA/GAECIV do Ministério Público do Estado de Rondônia que dispõe sobre a elaboração de Plano de Contingência Emergencial e Plano Integrado Permanente de Enfrentamento à Crise Hídrica no Estado de Rondônia. Vejamos:

4.13. CONSIDERANDO que o prognóstico é de que a anomalia climática perdure, de forma que a estação seca se prolongue no ano de 2024, com aumento da estiagem e, por consequência, problemas relacionados ao abastecimento público de água, setor elétrico, navegação, desabastecimento de comunidades, impactos nos usos múltiplos e setor econômico;

4.14. Dessa forma, entende-se que é suma importância que a população da região tenha acesso seguro e rápido em casos de possível desabastecimentos de comunidades, conforme aponta a recomendação supracitada.

4.15. Noutro giro, é válido mencionar o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, consolidado como fundamento constitucional no Art 1º, inciso III da Carta Magna. Tal princípio reconhece o valor intrínseco de cada indivíduo e estabelece que todas as pessoas devem ser tratadas com respeito, igualdade e liberdade. Ele orienta a proteção dos direitos humanos e busca uma sociedade justa e inclusiva, independentemente de características pessoais. Desse modo, a ausência de travessia suplanta o viés físico adentrando em questões subjetivas da população em questão, envolve a dignidade desse indivíduos. Pois bem, não há como um ser humano ter sua dignidade garantida e respeitada sem que tenha o acesso a mercadorias essenciais e insumos básicos de alimentação e higiene. De toda sorte, é dever da administração pública zelar pelas previsões constitucionais.

4.16. Ademais, conforme explicitado anteriormente, com o intuito de sanar o problema da Ponte de Concreto sobre o Rio da Vala, foram realizadas ações de revitalização da ponte de madeira para garantir o trânsito do local, porém ocorreram sucessivos atos de vandalismo com o ateamento de fogo nas estruturas da ponte de madeira, inviabilizando novamente a trafegabilidade. Assim, percebeu-se que após diversas tentativas de construção e reconstrução da ponte, não é vantajoso optar pela construção de uma nova ponte de madeira.

Figura 04 - Matéria publicada no site: <https://www.rondoniagora.com/cidades/ponte-do-jacu-da-vala-e-incendiada-pela-4a-vez-e-isola-comunidades-em-porto-velho>.

Ponte do Jacu da Vala é incendiada pela 4ª vez e isola comunidades em Porto Velho

Quinta-feira, 03 Dezembro de 2020 - 09:49 | da Redação



Pela 4ª vez nesse ano a ponte sobre o córrego Jacu da Vala, na RO-005, foi incendiada por criminosos durante a madrugada desta quinta-feira (3). Moradores da região já falam em terrorismo, fazem apelo à Polícia e pedem mais uma vez ação rápida das autoridades. Eles também acreditam que os incêndios têm a ver com ações de grupos que não querem a presença policial e dizem que esse último crime ocorreu após rondas da Polícia Civil na quarta-feira (3).

A ponte dá acesso às comunidades Nova Aliança, Calderita, Agrovila Rio Verde e São Carlos em Porto Velho.

O incêndio comprometeu toda a estrutura da ponte, como pode ser visto em vídeos feitos por moradores. Pedacos de madeira caem a todo instante.

A região agora está isolada mais uma vez.

4.17. Com as problemáticas apresentadas o Governo do Estado de Rondônia então contratou em caráter emergencial, processo SEI nº 0009.081769/2022-54 empresa especializada em locação de balsas com operação 24 (vinte e quatro) horas por dia, para atender as demandas do transporte de navegação de travessia de veículos, cargas e passageiros no local.

4.18. Vale dispor o que enuncia o Art. 18, § 1º, Inc. I da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

4.19. Diante o enunciado na nova lei, destacamos a problemática a ser resolvida com cunho de interesse público que se refere a garantia de travessia de veículos, cargas e passageiros, na RO-005 (Ponte da Vala) Km40, Rio Jamari, Ramal Aliança/Nova Aliança - Município de Porto Velho/RO, com a **contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projeto básico, executivo e execução do reforço estrutural da ponte**, uma vez que a ponte em madeira sofreu ações de vandalismo e impossibilitou seu uso, conforme expresso na Justificativa (0033627738) no processo 0009.081769/2022-54 assim como a ponte em concreto que vinha sendo construída através do **Contrato n.º 37/18/PJ/DER-RO** apresentou patologias que acarretou na paralisação da obra, e após demais trâmites na Rescisão Unilateral do contrato a observar-se na **Decisão n.º 25/2021/DER-PROJUR** (0018556451).

4.20. Tendo acarretado em uma Rescisão Unilateral do contrato e resultado em uma Tomada de Contas Especial, conforme o Processo nº 00968/19 - TCE/RO, para apurar indícios de danos ao erário detectados durante a fiscalização de atos e contratos, constatou-se a necessidade de avaliar a viabilidade técnica e financeira de efetuar um reforço estrutural na ponte objeto do **Contrato n.º 37/18/PJ/DER-RO**, logo após a realização de uma perícia (0022919983) realizada pela empresa RTA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA. Essa necessidade de constatação foi averbada através do **Ofício n.º 1341/2024/DER-ASTECDG** que em resposta (0046631261) a projetista se propôs a elaborar um Anteprojeto para o Reforço da Ponte de modo a viabilizar a sua utilização, estimando um prazo para entrega dos serviços em **75 dias corridos**, contados a partir da data da autorização dos serviços.

4.21. Decorrido o prazo solicitado a PROJECTA apresentou o Anteprojeto para realizar o reforço estrutural da ponte em concreto, o que apresenta-se e pleiteia por meio deste ETP a contratação do Projeto Básico/Executivo e Execução do reforço, afim de atender a autocomposição expressa pela Corte de Contas em sua **Decisão Monocrática 017/2024-GCESS** (0045919315).

4.22. Considerando a celeridade que o caso requer para que possa ser garantida a trafegabilidade do local, podemos presumir que a contratação integrada, que é um regime de execução indireto que promove o aumento da eficiência administrativa e a economia, enquanto estimula a competição entre os licitantes.

4.23. O aumento da eficiência administrativa proporcionado pela contratação integrada se dá pois esta concentra todas as etapas do projeto (projeto básico e executivo, execução da obra e eventual manutenção) sob a responsabilidade de uma única empresa ou consórcio, o que reduz a fragmentação de responsabilidades e facilita a gestão. Ao unir o processo de projeto e execução em um só contrato, a contratação integrada pode reduzir significativamente o tempo de realização do projeto, o que é crucial em casos emergenciais. A empresa contratada já assume o compromisso de planejar e executar, acelerando o início da obra e permitindo que a empresa contratada possa propor técnicas e tecnologias avançadas, havendo a possibilidade de resultar em soluções mais econômicas, seguras e duráveis.

4.24. Ademais, esse modelo reduz os riscos de aditivos e de revisões de projeto no meio da execução, pois o contratado se compromete a entregar uma solução completa, mesmo que isso envolva resolver problemas que surgirem no caminho e a responsabilidade integral pela qualidade e pelo cumprimento dos requisitos técnicos recai sobre o contratado, permitindo um maior controle sobre o resultado final e menos surpresas ao término da obra.

4.25. **Justifica-se a adoção do Critério de Julgamento "Técnica e Preço"** pela necessidade de combinação dos elementos, uma vez que busca-se uma boa solução técnica e respeitando o princípio público da economicidade.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Em decorrência da necessidade da contratação, o DER como órgão executivo da Política Estadual de Estradas e Transportes do Estado, deve utilizar técnicas modernas e procedimentos racionais e otimizados para a expansão de sua infraestrutura rodoviária, bem como garantir a preservação ambiental e maior vida útil às obras já executadas, visando proporcionar um transporte mais eficiente, sustentável, seguro e confortável aos usuários das rodovias rondonienses. Portanto, a escolha da Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Elaboração de Projeto Básico, Executivo e Execução do Reforço Estrutural da Ponte sobre o Rio da Vala na RO-005 km-40, Ramal Aliança/Nova Aliança - município de Porto Velho/RO, se deu por ordem do Diretor-Geral através da Autorização (0054677716), que descreve os termos da corte de contas e a concordância com a elaboração do anteprojeto para reforço da ponte dando base para a presente contratação que se destina, essa se apresenta como a mais adequada solução de mercado.

5.2. A princípio uma solução provisória foi executada no local para garantia da trafegabilidade, sendo esta a locação de uma balsa 24 horas, devido aos atos de vandalismos recorrentes em pontes de madeira que foram construídas no local anteriormente. Tal solução é de caráter estritamente provisório, tendo em vista a necessidade de uma estrutura definitiva que proporcione o devido tráfego da região. Tendo em vista que os serviços públicos básicos podem ficar comprometidos, restando evidente que a intervenção em definitivo é a via adequada e efetiva para eliminar iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, além de diminuir os gastos públicos que por ora estão sendo destinados à locação da balsa em questão.

5.3. A finalidade da obra objeto da presente contratação é de assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários da rodovia estadual RO-005 na Região do Ramal Aliança em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, como forma de sanar os riscos de trafegabilidade da população da área de abrangência, promovendo melhorias nas condições de trafegabilidade durante todo o ano, rapidez no escoamento da produção, evitando prejudicar a economia da região e garantindo que os usuários da rodovia se desloquem com segurança.

5.4. O projeto e execução propostas se caracterizam por ser uma solução robusta, de alto conteúdo técnico, atendendo com critérios técnicos de modo a garantir uma maior estabilidade e durabilidade na transposição do ponto crítico, com segurança e eliminação de riscos aos usuários da referida rodovia Estadual.

5.5. Desse modo o objeto consiste na Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo e Execução do Reforço Estrutural da Ponte na linha RO-005 (Ponte da Vala) km-40, Rio Jamari, Ramal Aliança/Nova Aliança - município de Porto Velho/RO, considerando o anteprojeto (0052977721) realizado que dispõe em rol exemplificativo um modelo de solução a ser aplicado, podendo a contratada adotar ou indicar outra que venha aferir uma melhor relação custo/benefício para administração pública, devendo ser analisada e aprovada pela comissão de fiscalização.

5.6. A solução proposta no Estudo Técnico - Anteprojeto (0052977721), página 130 traz:

"A execução da obra apresentou falhas de topografia, com pilares sendo executados com alturas erradas e pouco ou nenhum registro dessas marcações.

O recalque que houve no pórtico P1, dado as inconsistências de informações, impossibilitou que se tenha certeza do que é recalque e do que é falha de marcação de nível. E também, não se tem informação consistente dos momentos em que houve o recalque, em relação às fases executivas da superestrutura a qual tem ligação monolítica com os pilares.

[...]

A solução adotada para a laje foi do preenchimento do desnivelamento dos pórticos intermediários, que será corrigido com uma espessa camada de concreto, variando de 5cm nos encontros até mais de 50cm na porção central.

Essa regularização levará a um acréscimo global de cargas verticais em todos os elementos estruturais da ponte. Haverá necessidade de reforço nas fundações dos pórticos intermediários e seus pilares. Nos encontros, não há necessidade de reforço nas fundações, pois o acréscimo de carga é pequeno e há folga na capacidade das estacas.

Esse enchimento também acarreta esforços permanentes maiores na superestrutura e as situações críticas são o momento fletor negativo sobre os apoios, força cortante ao fim do engrossamento da alma das longarinas e momento fletor positivo no centro do vão central.

Para efeito de cálculo e verificações, esse enchimento será considerado como maciço de concreto em toda a largura e

comprimento da ponte. Os eventuais usos de concreto leve, que visam reduzir essa carga, serão ignorados em todos os cálculos.

A execução desse enchimento deve ser feita em "damas", de forma que a retração do concreto não cause esforços hiperestáticos significativos e pra que não resulte em fissuração superficial excessiva."

5.7. Tendo em vista que o anteprojeto supracitado fora disponibilizado à este DER-RO como forma de compensação, fora realizada a análise deste Anteprojeto, apresentada em Análise 11 (0052985022), elaborada por técnicos desta Gerência de Obras de Arte, a qual indica que os documentos estão adequados para os requisitos mínimos para um Anteprojeto, tendo em vista que o nível de detalhamento difere do requerido em um projeto executivo, pois ele serve como uma base para a aprovação inicial do projeto e para a estimativa de custos, além de fornecer um guia para o desenvolvimento do projeto executivo.

5.8. A elaboração do projeto e execução do reforço da ponte decorre, ainda, da necessidade de garantia do fluxo de escoamento da região, visando melhorar as condições de trafegabilidade e de segurança de veículos e pedestres, a fim de atender as necessidades da comunidade local, além de estruturar a malha viária do Estado de Rondônia.

5.9. Ademais, no que se refere ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, alguns critérios sustentáveis que justificam a preferência por realizar o reforço estrutural da ponte, com base em práticas gerais de sustentabilidade na construção civil são:

- **Redução de Materiais:** o reforço estrutural aproveita a estrutura existente, reduzindo significativamente o consumo de materiais como aço e concreto, que possuem altos impactos ambientais associados à sua produção.
- **Economia de Energia:** a execução do reforço geralmente requer menos energia do que a construção de uma nova ponte.
- **Menor Geração de Resíduos:** o reforço estrutural evita a demolição da ponte, que geraria grandes volumes de entulho, reduzindo também a necessidade de descarte em aterros.
- **Preservação de Ecossistemas:** a intervenção limitada diminui o impacto ambiental nas áreas adjacentes à ponte, protegendo o solo, a vegetação e os cursos d'água.
- **Rapidez na Execução:** o reforço estrutural pode ser concluído em menos tempo, minimizando os transtornos para a população que utilizaria a ponte.
- **Manutenção de Conectividade:** a preservação da ponte existente mantém as rotas de transporte essenciais para comunidades próximas, reduzindo impactos sociais e econômicos negativos.
- **Tecnologias Avançadas:** a execução do reforço pode empregar técnicas modernas, promovendo a inovação no setor e fortalecendo a capacidade técnica nacional.

5.10. Dessa forma, considerando a necessidade de resposta à população que frequenta ou reside no Ramal Aliança, necessitando trafegar através da RO-005, torna-se necessária execução do serviço em questão, evitando o uso de desvios.

5.11. Conforme exposto anteriormente, a escolha da contratação integrada se justifica pela celeridade que o caso requer para que possa ser garantida a trafegabilidade do local, por ser um regime de execução indireto para aumentar a eficiência administrativa e a economia, enquanto estimula a competição entre os licitantes.

5.12. DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.12.1. Conforme relatado alhures, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura, de forma a assegurar a integridade, a performance e a durabilidade dos elementos estruturais e dos materiais empregados no reforço da ponte.

5.12.2. Em caso de identificação de vício, defeito, incorreção ou da necessidade de manutenção, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de recebimento definitivo do objeto, o contratado será notificado pela contratante e ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura e sem ônus à administração pública.

5.12.3. O contratado terá prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de envio da notificação para se manifestar acerca das providências a serem tomadas em acordo com a contratante.

5.12.4. O presente contrato não conta com assistência técnica devido à natureza do objeto, contando apenas com a garantia contratual de 5 (cinco) anos descrita anteriormente.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

6.1.1. Pessoas físicas, tendo em vista fatores como: Complexidade Técnica, Experiência em Obras de Grande Porte, Garantia Financeira e Capacidade Econômico-Financeira, Acesso a Recursos e Tecnologias, Gestão de Riscos, Cumprimento de Exigências Legais e Contratuais, Segurança e Responsabilidade Técnica, os quais tornam inviável este tipo de contratação;

6.1.2. O autor do anteprojeto, sendo pessoa física ou jurídica;

6.1.3. Empresa que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com

dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

6.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.1.6. Empresa que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.2. **Poderão participar deste processo de contratação** empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, conforme Lei 14.133/21.

6.3. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Anteprojeto de Engenharia e nas Notas Técnicas** disponibilizadas pela Coordenadoria de Planejamento, Projetos e Orçamento de Obras – CPPOO deste Departamento;

6.4. As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto estão previstas no Edital.

6.5. A Contratada deverá adotar prática de execução em obediência às Normas e Especificações Técnicas do DER/RO e da ABNT, bem como prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, além de eventuais alterações especificadas no presente Edital, responsabilizando-se pela substituição ou reparo, em caso de anormalidade, independentemente do motivo alegado, conforme parece do técnico encarregado do recebimento;

6.6. É dever da Contratada realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante;

6.7. A Contratada deverá assumir compromisso com práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis em toda a cadeia de produção e fornecimento dos insumos;

6.8. A Contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão na preparação e transporte dos materiais, não arcando o DER com qualquer ônus em caso de acidente por parte dos funcionários ou mesmo terceiros;

6.9. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.10. A descrição e quantidade que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos do DER, devendo a CONTRATADA acatar os termos de fiscalização e as respectivas orientações;

6.11. É dever da Contratada comprovar capacidade técnica e operacional, demonstrada através de documentação de enquadramento de empresa do ramo de prestação dos serviços de aquisição e entrega dos materiais que compõe o objeto do estudo;

6.12. A Contratada deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

6.13. Para a prestação do serviço no fornecimento dos materiais, será exigido que o prestador se apresente devidamente identificado e usando todos os equipamentos de proteção individual cumprindo os requisitos da legislação vigente conforme as [Normas Regulamentadoras \(NR\)](#).

6.14. Junto à proposta de preços, a CONTRATADA deverá encaminhar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS, contemplando os custos e seu respectivo lucro.

6.15. A equipe técnica que participará da execução dos serviços estará sujeita à aprovação do DER/RO, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

6.16. O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA.

6.17. A empresa a ser contratada deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

6.18. Conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o construtor de obras civis de construção de obras de arte deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas do Guia supracitado sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

6.19. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas, conforme estabelecido no §1º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

7. JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A legislação atual não estabelece a obrigatoriedade de parcelamento da contratação, portanto, as justificativas de **NÃO PARCELAMENTO** se tratando deste caso específico do objeto do presente Termo de Referência são dadas com base no Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, disposto a seguir:

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

7.2. Em suma, apesar do objeto da contratação não constituir sistema único e integrado, a contratação do item por completo do mesmo fornecedor promove a economia de escala, a padronização, a redução de custos e maior vantagem na contratação, além de ser mais vantajosa no que se refere à responsabilidade técnica e à competição, por isso, o parcelamento não será adotado. Outros fatores preponderantes a serem considerados são:

- Parcelar a contratação poderia resultar em dificuldades de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores, aumentando o risco de falhas na compatibilidade entre projetos e execução;
- A contratação integrada permite que uma única empresa ou consórcio seja responsável por todas as fases do projeto, garantindo maior controle e responsabilidade, o que facilita a gestão de riscos, a resolução de problemas e a garantia da qualidade, pois a empresa contratada tem um interesse direto em assegurar que todas as etapas sejam concluídas conforme os padrões estabelecidos e dentro do cronograma;
- O parcelamento da contratação pode causar atrasos significativos devido à necessidade de múltiplos trâmites licitatórios e a possível falta de alinhamento entre diferentes contratados, enquanto a contratação de uma única empresa permite uma abordagem mais ágil, onde as fases de projeto e execução podem ser otimizadas para reduzir o tempo total de entrega da obra;
- A execução do projeto por uma única entidade permite a otimização dos recursos e a economia de escala, resultando em custos menores em comparação ao parcelamento, tendo em vista que múltiplas contratações aumentam os custos administrativos, de mobilização e de desmobilização, além de potenciais custos adicionais decorrentes de atrasos ou incompatibilidades técnicas entre os diferentes contratados;
- A contratação de uma única empresa incentiva a inovação, pois permite que a empresa contratada proponha soluções técnicas e tecnológicas mais eficientes e econômicas ao longo do processo, enquanto a segmentação da contratação poderia limitar a aplicação de tecnologias avançadas e práticas inovadoras devido à falta de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores;

7.3. A legislação reconhece que em projetos complexos, como a execução de reforço em pontes, a integração é um fator crucial para o sucesso do empreendimento. Portanto, justifica-se o não parcelamento da contratação para a elaboração de projetos e execução do reforço da ponte em questão, visando garantir a integridade técnica, a eficiência no cronograma, a otimização dos custos, a aplicação de inovações tecnológicas e a conformidade com a legislação vigente.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Para a elaboração dos projetos deverão ser utilizadas as peças técnicas referentes ao anteprojeto presentes neste processo e para a execução da solução serão utilizadas as peças técnicas entregues pela contratada e devidamente aceitas por este DER-RO.

8.2. NÃO FORAM elaborados os projetos básico e executivo, sendo tal atribuição de elaboração expressamente responsabilidade da contratada, com os custos deste serviço contemplados na planilha orçamentária elaborada, disponível em Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499). Nessa hipótese, o anteprojeto e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos básico e executivo pela contratada.

8.3. A execução da solução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

8.4. Após a elaboração dos projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais, cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital, na Nota Técnica 27 (0055557650) e a conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico em conformidade com o art. 46, § 3º da Lei 14.133/2021.

8.5. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela fiscalização do serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os quantitativos efetivamente executados.

8.6. O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do DER/RO, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

8.7. Conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, contida no §7º, do art. 7º, da Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011:

§ 7º É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado.

Substituída pelo § 1º, do art.46º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

§ 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no [§ 3º do art. 18 desta Lei](#).

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

8.8. Portanto, é **vedado o início dos serviços de execução do reforço** sem a prévia confecção dos projetos básicos e executivos, devidamente acompanhados de seus respectivos orçamentos, fundamentados em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, com valores de serviços limitados pelas referências oficiais da administração pública, os quais **devem ser previamente aprovados pelo corpo técnico do DER-RO**.

8.9. A empresa contratada deverá desenvolver e entregar o projeto da ponte utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modeling*), garantindo a interoperabilidade, compatibilidade e nível de detalhamento adequado conforme as normas vigentes. O projeto deverá ser fornecido em formato aberto (como IFC) e nativo da plataforma utilizada, incluindo modelos 3D, documentação associada, quantitativos e demais elementos necessários para a análise, aprovação e execução da obra.

8.10. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS/ SERVIÇOS:**

8.10.1. Serão realizados os recebimentos provisórios tanto dos projetos quanto da execução da obra;

8.10.2. Quando os serviços/obras contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante;

8.10.3. O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.10.4. O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.10.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.10.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

8.10.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

8.10.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.10.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a emissão do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.10.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.10.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

8.11. **RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS/SERVIÇOS:**

8.11.1. Serão realizados os recebimentos definitivos tanto dos projetos quanto da execução da obra;

8.11.2. O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

8.11.3. A aceitabilidade da obra/serviços deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta elaboração e execução do projeto de engenharia aprovado, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento as normas e especificações vigentes.

8.11.4. O recebimento dos serviços/obras será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

8.11.5. Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais.

8.11.6. Até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na

execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços/obras prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

g) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços/obras nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

i) A Contratada deverá entregar a serviços/obras em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega da obra, consignando-se os motivos.

8.11.7. Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução;

8.11.8. O recebimento também ficará sujeito, quando cabível, à correção de eventuais falhas decorrentes de execuções incorretas;

8.11.9. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na fase de recebimento;

8.11.10. As aprovações dos projetos, bem como da obra, serão realizadas dentro do prazo estabelecido, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato;

8.11.11. O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado aos serviços/obras entregues e não exige a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

8.11.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sempre juízo da aplicação de penalidades.

8.11.13. Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 do Código Civil;

8.11.14. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

8.12. **DOS PRAZOS:** A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” dentro do **prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos**, contados da publicação. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se-á como expedida no último dia do mesmo prazo.

8.12.1. **O prazo previsto para execução total dos serviços será de 270 (duzentos e setenta dias) dias.** Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da primeira Ordem de Serviço, expedida pelo DER-RO, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

8.12.2. **O prazo de vigência do contrato se estenderá por mais 180 (cento e oitenta) dias**, além do prazo de execução, totalizando **450 (quatrocentos e cinquenta dias)**, contados a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

8.12.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será

prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei 14.133/2021.

8.12.4. Em caso de paralisação da execução da obra, por mais de um mês a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme §§ 6º e 7º do art. 115 da Lei 14.133/2021.

8.12.5. Serão expedidas Ordens de Serviços por este DER para cada etapa que compõem o objeto contratual deste instrumento.

8.12.6. As prorrogações dos prazos de execução e da vigência do contrato, caso necessárias, serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

8.13. **DOS PRAZOS PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO:**

8.13.1. Prazo de início: os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a elaboração dos projetos emitida pelo DER-RO;

8.13.2. A Contratada deverá entregar em até 20 (vinte) dias a partir da ordem de serviço, plano de trabalho, contendo todos os estudos necessários do projeto, detalhando todas as soluções propostas, as técnicas e metodologias diferenciadas a serem aplicadas na concepção do projeto, a fim de análise e aprovação pelo DER/RO, ou solicitação de adequações necessárias.

8.13.3. O prazo para elaboração dos projetos básico e executivo será de 90 (noventa) dias corridos a partir da emissão ordem de serviço;

8.13.4. O prazo para análise dos projetos realizada pela contratante será de 20 (vinte) dias úteis a partir do recebimento de cada relatório emitido pela contratada.

8.13.5. O prazo para correção dos projetos básico e executivo realizada pela contratada será de 15 (quinze) dias corridos a partir da análise dos projetos realizada pela contratante.

8.13.6. O prazo para reanálise dos projetos básico e executivo realizada pela contratante será de 10 (dias) úteis a partir da entrega da versão corrigida dos projetos em questão pela contratada.

8.14. **DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA:**

8.14.1. Prazo de início: a execução da obra deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a execução da obra emitida pelo DER-RO;

8.14.2. O prazo para execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço para a execução da obra, devendo a contratada submeter à aprovação do DER/RO a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

8.14.3. Para a execução da obra, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Projeto Executivo de Engenharia** e seus Anexos devidamente aprovados por este DER-RO, bem como as especificações técnicas e a relação de equipamentos mínimos, devendo utilizar as placas de sinalização e advertência durante toda a obra.

8.14.4. A data da conclusão será considerada quando a Contratada notificar a Contratante, desde que a Fiscalização desta considere o serviço em condições de ser recebido.

8.15. **DO DIÁRIO DE OBRAS**

8.15.1. No Diário de Obras deverão constar as seguintes anotações:

I - Pela **CONTRATADA**:

- a) Preenchimento dos cabeçalhos;
- b) Registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas;
- c) As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Os acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- e) A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e/ou serviço;
- f) Medições das etapas de obras;
- g) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

II - Pela **FISCALIZAÇÃO**:

- a) Atestado da veracidade dos registros previstos no item "I" anterior (nas datas em que efetivamente a fiscalização estiver na obra);
- b) Determinação de providências para cumprimento dos termos do contrato e das especificações;
- c) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.
- d) O Diário de Obras será entregue à Administração, que o manterá em seu poder por prazo nunca inferior a 05 (cinco) anos.

8.15.2. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.

a) A Caderneta de Ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização.

b) As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

9. DA RESERVA DE COTAÇÃO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

O presente item faz referência ao item 11.26 do Estudo Técnico Preliminar (0058421702).

9.1. Considerando a complexidade e o valor estimado da presente contratação, além da exceção para obras e serviços de engenharia que traz a Lei 14.133/2021, neste objeto **não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).**

10. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

O presente item faz referência ao item 11.25 do Estudo Técnico Preliminar (0058421702).

10.1. A subcontratação se dará em concordância com o Art. 122 da Lei 14.133/2021, que versa:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

10.2. A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma:

10.2.1. É vedada a subcontratação total;

10.2.2. É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, conforme disposto no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.

10.3. A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER-RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;

10.4. Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação;

10.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

10.6. Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação;

10.7. Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.

10.8. Fica **vedada** a subcontratação de empresas envolvidas anteriormente em serviços de anteprojeto, projeto, construção, sondagem, análise e demais serviços executados durante a contratação da estrutura existente no local desta contratação, se tratando da Ponte sobre o Rio da Vala.

10.9. O Manual de Compras do Tribunal de Contas da União (TCU) indica a necessidade de que a Administração Pública avalie a capacidade técnica da empresa subcontratada relativa a execução dos serviços, com a observância, inclusive do disposto no §9º, art. 67, do Novo Estatuto de Licitações, que cito abaixo:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. (grifo nosso)."

10.10. Da mesma forma, ressalta-se que o Acórdão 963/2024-TCU -Plenário informa que no caso de subcontratação de parcela do objeto para a qual houve exigência de atestados de qualificação técnica na licitação ou no processo de contratação direta, a Administração deve exigir da contratada, como condicionante de autorização para execução dos serviços, documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (art. 122, § 1º, da Lei 14.133/2021).

10.11. Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada), em seu ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR), deverá ser indicado se haverá ou não possibilidade de subcontratação de parte do objeto, e, em caso afirmativo, identificar a parte que pode ser subcontratada;

10.12. A possibilidade de subcontratação de serviços é um dos meios que pode amenizar a restrição a concorrência decorrente da junção de inúmeros serviços em único objeto. O Decreto Nº 8.538/2015 aporta o que segue:

"§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

(...)

§ 4º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas. "

(...)

§ 6º São vedadas: I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

(...)"

10.13. Portanto, para fins de subcontratação, considerando práticas usuais adotadas no mercado e o interesse público, a parte do objeto passível de ser subcontratada, pautada nos normativos técnicos demonstrados acima, serão os serviços acessórios, identificados através da análise do arquivo Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499):

I - Elaboração de projeto (podendo ser subcontratados os itens referentes a ensaios, estudos técnicos e projetos);

II - Sinalizações.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

O presente item faz referência ao item 11.23 do Estudo Técnico Preliminar (0058421702).

11.1. Considerando a complexidade técnica envolvida na execução do reforço estrutural da ponte em concreto, entende-se como tecnicamente recomendável a permissão da participação de consórcios na presente licitação, tendo em vista que o escopo da contratação integrada, abrange a elaboração dos projetos e a execução da obra, exige capacitação técnica multidisciplinar e estrutura operacional robusta. A participação de consórcios possibilita a união de empresas com expertises complementares, como diagnóstico estrutural, elaboração de projetos de engenharia e execução de obras complexas, ampliando a capacidade técnica das proponentes e assegurando maior qualidade na entrega.

11.2. Além disso, a permissão para consórcios amplia a competitividade, permitindo a participação de empresas que, individualmente, não atenderiam a todos os requisitos técnicos e econômicos e dilui riscos financeiros e operacionais entre as consorciadas, oferecendo maior solidez ao empreendimento.

11.3. Portanto, a permissão da participação de consórcios nesta licitação atende ao interesse público, favorece a seleção da proposta mais vantajosa e mitiga riscos de execução, devendo ser expressamente prevista no edital.

11.4. Desta forma, poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, do Edital, dos Projetos, Especificações e Normas, e que possuam ou que venham fazer parte do seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor Acervo Técnico de execução de obras ou serviços de características condizentes ao objeto da licitação. A participação de empresas consorciadas será regida de acordo com o Art. 15 da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, como segue:

11.4.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

11.4.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

11.4.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

11.4.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

11.4.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

11.4.6. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do

consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.

11.4.7. O consórcio deverá apresentar:

11.4.7.1. Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

11.4.7.2. Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.

11.4.7.3. Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.

11.4.8. O prazo de duração do consórcio deverá coincidir, no mínimo, o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva, mais 180 (cento e oitenta) dias.

11.4.9. O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.

11.4.10. O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.

11.4.11. A empresa vencedora fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no primeiro item que rege a participação de empresas consorciadas presente neste edital, sendo a "Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados".

11.4.12. O presente edital estabelece para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de empresa individual para a habilitação econômico-financeira;

11.4.13. O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

11.4.14. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

11.4.15. A empresa líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução do contrato.

12. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE COOPERATIVA

O presente item faz referência ao item 11.24 do Estudo Técnico Preliminar (0058421702).

12.1. A participação de cooperativas será **vedada**, pois deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que versa: “é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

12.2. Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços.

12.3. Por fim, o § 2º do Art. 10 da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017 versa:

"§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação."

12.4. Deste modo, o entendimento do presente setor técnico é o de que, devido à complexidade do objeto e aos serviços necessários para sua perfeita execução, é inviável a participação de cooperativas.

13. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

13.1. **DA PROPOSTA TÉCNICA:** Deverá ser apresentada a Proposta Técnica, numerada, assinada por quem de direito, em uma única via, digitada em papel que identifique o licitante, em linguagem clara e objetiva, sem erros e rasuras ou entrelinhas e sua elaboração deverá ser apresentada podendo incluir gráficos, planilhas, quadros, desenhos, fluxogramas e fotografias no formato A4. Deverão ser objetivas e consistentes, limitando-se, cada um, em 40 páginas e conter informações e documentos com base no detalhamento estabelecido no Termo de Referência (critério pontuação proposta técnica) com a seguinte disposição:

13.1.1. **Índice**, contendo o título de cada capítulo e o número da respectiva página;

13.1.2. **Apresentação da Proposta**, com o nome da empresa, o objeto da proposta, o número do edital e outras informações relevantes para a apresentação da Proposta Técnica.

13.1.3. **Corpo da Proposta**, onde deverão ser expostos:

13.1.3.1. **Conhecimento do Problema:** Deverá ser demonstrado o conhecimento, por parte da licitante, do (s) trecho(s) e da(s) região(ões) onde está(ão) inserido(s), abordando os aspectos inter-relacionados entre ambos, além de

análise das soluções técnicas previstas.

13.1.3.2. **Plano de Trabalho:** Deverá ser demonstrado conhecimento dos objetivos do Termo de Referência, dos dados existentes e do conhecimento do problema, expostos de forma resumida, analisando-se os aspectos executivos relevantes a serem considerados.

13.1.3.3. **Capacidade Técnica da Proponente:** Deverá ser demonstrado a experiência comprovada da empresa, com apresentação de atestados técnicos em nome da empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente anotados e certificados pelo CREA e/ou CAU, de modo a comprovar a execução dos serviços especificados para a presente contratação.

13.1.3.4. **Capacidade da Equipe Técnica:** Experiência profissional nas funções definidas adiante, serão comprovados através de Atestados Técnicos devidamente registrados nas entidades profissionais respectivas.

13.1.4. Não serão aceitas propostas de projeto de soluções técnicas inferiores àquelas que se encontram agregadas ao Anteprojeto da Administração.

13.1.5. Caso seja apresentado projeto com solução ou metodologia diversa do Anteprojeto de engenharia, no intuito de entregar produto com melhor desempenho e eficiência benéfica da execução, a contratada deverá apresentar um estudo de vantajosidade técnica, com base nos seguintes parâmetros técnicos:

- a) Durabilidade da obra comprovadamente igual ou superior a solução técnica do anteprojeto.
- b) Características geométricas, de segurança e conforto equivalente ou superior a solução técnica do anteprojeto.
- c) Grau de Interferências no tráfego durante a execução das obras equivalente ou menor que as interferências dadas pela solução técnica do anteprojeto.
- d) Grau de Interferências ambientais equivalente ou menor que as interferências dadas pela solução técnica do anteprojeto.
- e) Grau de interferência de áreas atingidas e necessidade de desapropriações não previstas no anteprojeto.
- f) Grau de Interferências na vizinhança (acessos a propriedades, ruídos, poeira, travessias entre outros) equivalente ou menor que as interferências pela solução técnica do anteprojeto.
- g) Grau de manutenção da solução proposta.

13.1.6. Os projetos serão analisados pela fiscalização do DER/RO, que poderá, justificadamente, recusar a solução proposta, solicitar adequações/correções ou aceitar as soluções.

13.1.7. A apresentação do projeto básico e a verificação da compatibilização com o anteprojeto do certame não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública pela elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, bem como pelas etapas subsequentes.

13.1.8. A aceitação ou aprovação pelo DER/RO dos projetos apresentados não exclui a responsabilidade da contratada pelas falhas ou omissões nos projetos, não sendo possível o pleito de aditivos decorrentes de falhas ou omissões nos projetos.

13.1.9. A empresa, ao final da obra, deve apresentar a fiscalização do DER o projeto “*as built*”.

13.1.10. Os subcritérios de aceitabilidade estão contidos no Termo de Referência, parte integrante do Edital de Licitação.

13.2. **DA PROPOSTA DE PREÇO:** A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

13.2.1. Na elaboração das propostas de preços é necessário que os licitantes apresentem o valor global no mês-base do orçamento – outubro/2024, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena Execução do serviço objeto da licitação, atendendo aos seguintes itens: Quadro Resumo de Preços, Planilha de Preços Unitários por Item de Serviço, Composições de Preços Unitários e Cronograma Físico-Financeiro.

13.2.2. Deverá ser apresentada a Planilha orçamentária analítica.

13.2.3. O valor estimado para a contratação foi calculado utilizando-se as Tabelas de Preços SICRO do DNIT, bem como tomando como base os orçamentos anteriores já licitados por este Departamento.

13.2.4. As empresas participantes deverão apresentar as propostas de preços com a composição detalhada do percentual de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, incidente no valor global.

13.2.5. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI): Tabela de Preços de Consultoria - 44,66% (quarenta e quatro vírgula sessenta e seis por cento), conforme Adendo BDI CONSULTORIA PONTE DA VALA JULHO 2024 (0055544593), e 31,11% (trinta e um vírgula onze por cento) conforme Adendo BDI OAE PONTE DA VALA JULHO 2024 (0055569506).

13.2.6. Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

13.2.7. É necessário que o licitante apresente também o Cronograma Físico-Financeiro na forma do que é apresentado no

Cronograma Físico Financeiro apresentado no Adendo Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499). Os pagamentos dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela contratante.

13.2.8. A proposta, que compreende a descrição do material e/ou serviços ofertados pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste ETP, em Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

13.2.9. Prazo de validade e garantia da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura.

13.2.10. A planilha orçamentária constante da proposta a ser apresentada deverá ser elaborada de acordo com a apresentada em Adendo Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499).

13.2.11. Devem ser apresentadas as descrições dos serviços, observadas as mesmas especificações constantes deste Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, conforme Adendo Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499), **incluindo o Cronograma Físico Financeiro.**

13.2.12. Em consonância com o § 6º do Art. 23 disposto na Lei 14.133/2021, será exigido dos licitantes, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético disponibilizado por este DER-RO.

13.2.13. A licitante não poderá cotar e colocar preços superiores aos estabelecidos pelo DER, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total do serviço.

13.2.14. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

13.2.15. Serão exigidas todas as composições de custos unitários. A licitante fica obrigada a seguir os parâmetros de composição do SICRO.

13.2.16. A licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada (art. 9º da IS DG nº 12/2010 de 28 de julho de 2010).

13.2.17. **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

13.2.17.1. As empresas deverão apresentar nas propostas, a composição detalhada de formação da Bonificação e Despesas Indiretas – BDI.

13.2.17.2. Referência de Preços: Sistema de Custos Referenciais (SICRO) Rondônia, **MÊS-BASE DE JULHO/2024.**

13.2.17.3. É de inteira responsabilidade da licitante obter informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas a fornecimento nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

13.2.18. **Critérios de aceitabilidade de preços**

13.2.18.1. O critério de aceitabilidade de preços será a compatibilidade do valor apresentado para a contratação com o valor apresentado pelas licitantes.

13.2.18.2. Todos os custos com mobilização e desmobilização de equipamentos necessários, deslocamento para as vistorias *in loco* e a emissão de ART-CREA dos serviços, serão de responsabilidade da Contratada e deverão estar inclusos na proposta de preço.

13.2.18.3. Na proposta de preços a ser apresentada, deverão constar o preço unitário em algarismos arábicos, arredondado em duas casas decimais. Preço Total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente nacional. Nele deverão estar incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer.

13.2.18.4. A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

13.2.18.5. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação.

13.2.18.6. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.

13.2.18.7. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.2.18.8. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no EDITAL.

13.2.18.9. Indicar em sua proposta de Preços - CNPJ e os dados Bancários (Banco, agência e conta corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

13.3. **CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA TÉCNICA**

13.3.1. A análise da pontuação deverá ser executado conforme consta no Artigo 37 da Lei 14.133/2021, a saber:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o [§ 3º do art. 88 desta Lei](#) e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Quadro 01 - Pontuação Da Proposta Técnica

PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA		
REQUISITOS		NOTA MÁXIMA (PONTOS)
1.0	CONHECIMENTO DO PROBLEMA	10
1.1	Aspectos gerais da estrutura existente e da região	4
1.2	Aspectos hidrológicos e de drenagem	2
1.3	Aspectos geotécnicos e de pavimentação	2
1.4	Aspectos Ambientais	2
2.0	PLANO DE TRABALHO	10
2.1	Metodologia	2,5
2.2	Cronograma para execução dos serviços	2,5
2.3	Utilização da equipe por serviço	2,5
2.4	Organização para execução dos serviços	2,5
3.0	CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE	40
3.1	Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais	6
3.2	Elaboração de Projetos Executivos de Reforço/Recuperação em Obras de Artes Especiais	14
3.3	Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais	6
3.4	Execução de Projetos de Reforço/Recuperação em Obras de Artes Especiais	14
4.0	CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA	30
4.1	Engenheiro Coordenador Geral	7,5
4.2	Engenheiro/Profissional Especialista em Drenagem/Hidrologia	7,5
4.3	Engenheiro/Projetista com Experiência comprovada em reforço/recuperação em estruturas de concreto	7,5
4.4	Engenheiro/Projetista de Projeto de Obras de Arte Especiais	7,5
5.0	DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES	10
TOTAL MÁXIMO		100

13.3.2. **CONHECIMENTO DO PROBLEMA - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS:**

13.3.2.1. Com pontuação máxima de **10 (dez) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, de acordo com Quadro 01 (Pontuação da Proposta Técnica).

13.3.2.2. As classificações a serem adotadas quando da análise do conhecimento do problema devem ser analisadas para cada item constante no quadro, a saber:

- Aspectos gerais da estrutura existente e da região;
- Aspectos hidrológicos e de drenagem;
- Aspectos geológicos e geotécnicos;
- Aspectos Ambientais.

13.3.2.3. **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. **(Zero pontos)**.

13.3.2.4. **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado **(2 Pontos)**.

13.3.2.5. **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza **(5 Pontos)**.

13.3.2.6. **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo **(8 Pontos)**.

13.3.2.7. **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas **(10 Pontos)**.

13.3.3. **PLANO DE TRABALHO - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS:**

13.3.3.1. Com pontuação máxima de **10 (dez) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, conforme critério abaixo, de acordo com Quadro 01(Critério Pontuação da Proposta Técnica).

13.3.3.2. As classificações a serem adotadas quando da análise do conhecimento do problema devem ser analisadas para cada item constante no quadro, a saber:

- Metodologia;
- Cronograma para execução dos serviços;
- Utilização da equipe por serviço;
- Organização para execução dos serviços.

13.3.3.3. **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas **(Zero)**.

13.3.3.4. **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/ objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado. **(2 Pontos)**.

13.3.3.5. **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza **(5 Pontos)**.

13.3.3.6. **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo **(8 Pontos)**.

13.3.3.7. **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas **(10 Pontos)**.

13.3.4. **AValiação DA CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE**

13.3.4.1. No julgamento da Capacidade Técnica da Proponente, será atribuída pontuação de no máximo **40 (quarenta) pontos**, conforme Quadro 01, às empresas que comprovarem sua experiência através de certidões e/ou atestados a efetiva participação da empresa e/ou de seus responsáveis técnicos na elaboração de Estudos e Projetos Executivos de Obra de Arte Especial compatíveis com objeto da licitação, semelhante ao objeto deste Termo de Referência, executados para órgãos públicos, devidamente certificados pelo conselho profissional competente, obtida pela soma de pontos de acordo com os seguintes critérios abaixo:

13.3.4.2. Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais: **1 (um) ponto** por atestado na área especificada, com o máximo de 6 (seis) atestados totalizando **6 (seis) pontos**.

13.3.4.3. Elaboração de Projetos de Reforço/Recuperação em Obras de Artes Especiais: **2 (dois) pontos** por atestado na área especificada, com o máximo de 7 (sete) atestados totalizando **14 (quatorze) pontos**.

13.3.4.4. Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais: **1 (um) ponto** por atestado na área especificada, com o máximo de 6 (seis) atestados totalizando **6 (seis) pontos**.

13.3.4.5. Execução de Projetos de Reforço/Recuperação em Obras de Artes Especiais: **2 (dois) pontos** por atestado na área especificada, com o máximo de 7 (sete) atestados totalizando **14 (quatorze) pontos**.

13.3.4.6. Os atestados a serem considerados devem perfazer o quantitativo referente a 50% do quantitativo a ser considerado tanto nos itens de projeto como nos itens de construção. A saber, os atestados a serem considerados devem possuir compatibilidade com o objeto na seguinte proporção:

- Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais: Atestado referente a elaboração de projetos executivos de OAE de área igual ou maior que 135 m².
- Elaboração de Projetos de Reforço/Recuperação em Obras de Artes Especiais: Atestado referente a elaboração de projetos executivos de reforço/recuperação de OAE de área igual ou maior que 135 m².
- Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais: Atestado referente a construção de OAE de área igual ou maior que 135 m².
- Execução de Projetos de Reforço/Recuperação em Obras de Artes Especiais: Atestado referente a execução de reforço/recuperação de OAE de área igual ou maior que 135 m².

13.3.5. **AValiação DA CAPACIDADE EQUIPE TÉCNICA - VALOR MÁXIMO = 30,00 PONTOS:**

13.3.5.1. Com pontuação máxima **30 (trinta) pontos**, conforme Quadro 01, será avaliado atribuindo-se pontuação à Licitante, conforme Quadro 02 a seguir, de acordo com os atestados constantes nos currículos dos profissionais de nível superior (porte e complexidade dos trabalhos, formação profissional, e tempo de exercício profissional).

13.3.5.2. Os currículos de cada membro da Equipe Técnica devem conter no máximo 05 (cinco) Atestados/Certidões de Acervo Técnico, que comprovem sua responsabilidade técnica na elaboração de serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, além de serem compatíveis com a função que desempenharão na equipe. Os

atestados a serem considerados devem perfazer o quantitativo referente a 50% do quantitativo a ser considerado tanto nos requisitos de projeto como nos requisitos de construção. Será indispensável a inclusão de profissionais com experiência, nas seguintes funções e áreas de especialização:

Quadro 02 - Pontuação da equipe técnica por atestado/certidão

PONTUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA POR ATESTADO/CERTIDÃO		
CATEGORIA PROFISIONAL	Pontos por atestado	Pontuação Máxima
Engenheiro Coordenador Geral	1,5	7,5
Engenheiro/Profissional Especialista em Drenagem/Hidrologia	1,5	7,5
Engenheiro/Projetista com Experiência comprovada em reforço/recuperação em estruturas de concreto	1,5	7,5
Engenheiro/Projetista de Projeto de Obras de Arte Especiais	1,5	7,5

13.3.5.3. Apresentar somente o número de atestados exigidos e suficientes para a comprovação e destacar/grifar os itens que comprovarão as exigências.

13.3.5.4. Os atestados serão considerados pela ordem de apresentação. Os que excederam ao número solicitado serão desconsiderados.

13.3.5.5. A EQUIPE TÉCNICA compreende também a apresentação da relação nominal dos profissionais de nível superior e médio a serem alocados aos trabalhos, com seus respectivos currículos e a indicação das funções que lhes serão atribuídas na equipe e que não serão pontuados.

13.3.6. ATRIBUIÇÃO DE NOTAS POR DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES - VALOR MÁXIMO = 10 PONTOS:

13.3.6.1. Para a atribuição de notas neste quesito serão levadas em considerações as informações constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado pela Lei 14.133/2021 nos seus artigos 37 item III e 88 §3º.

13.3.6.2. A licitante terá uma atribuição de pontos para este requisito nos seguintes critérios:

13.3.6.3. Será considerado o valor acumulado dos serviços de engenharia referentes à elaboração de projetos já executados pela empresa licitante, desde que no mesmo CNPJ, ou comprovação de que a empresa em questão fora integrada à matriz, devendo ser apresentado os links com a descrição que guiem até a obra presente no PNCP, a fim de serem verificados pela comissão instituída para análise da documentação apresentada na fase de habilitação. A pontuação a ser adotada para a proposta técnica, terá como base o conteúdo exposto na Quadro 3:

Quadro 03 - Atribuição de Notas por desempenho em contratações anteriores

Valor executado comprovado através do PNCP	Pontos
> R\$1.000.000,00	10,00
≥ R\$ 500.000 e < R\$1.000.000,00	5,00
≥ R\$250.000,00 e < R\$500.000,00	3,00
< R\$250.000,00	0,00

13.3.6.4. Serão considerados os serviços apresentados referente a supervisão de obras e serviços de engenharia, através do campo de informação "Valor Global Contratado".

13.3.6.5. Caso a empresa licitante não tenha nenhuma obra cadastrada no PNCP, ou valor global executado de obras ou serviços inferior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) será atribuída uma nota 0(zero) para este quesito, não ficando a mesma desclassificada, haja vista que tal portal instituído pela lei 14.133/2021 ainda está em fase inicial de implantação, tendo em vista que fora estabelecido em 2021, e de uma perspectiva de contratações, já existem contratações desde 1992 sem o PNCP (com a lei 8.666/1992).

13.4. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA PROPOSTA DE PREÇO

13.4.1. Para o cálculo da NPF (nota de preço final) deverá ser seguido a [IN SEGES/MGI, de 02 de Fevereiro de 2023](#), do Ministério da Economia, sendo discriminada abaixo:

"III - procedimentos de ponderação e valoração das propostas de preços, conforme o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificada."

13.5. RESULTADO FINAL DA PONTUAÇÃO

13.5.1. O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e de Preços, observando a seguinte fórmula:

$$NF = [(7 \times PTF) + (3 \times NPF)] / 10$$

NF = Nota final da proposta.

PTF = Pontuação técnica final.

NPF = Nota de preço final.

13.5.2. Para cálculos das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891, da ABNT.

13.5.3. A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

13.5.4. Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados.

14. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

14.1. A licitante interessada deverá visitar os locais de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para a elaboração de sua proposta.

14.2. A empresa interessada deverá apresentar declaração de visita e conhecimento geral da logística do local dos serviços, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa.

14.3. A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro do DER/RO, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do [Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21](#).

14.4. A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até a abertura da Proposta de Preço.

14.5. Quaisquer informação em relação à visita poderá ser obtida junto a Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO em Porto Velho/RO.

14.6. Horário de atendimento da Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO ao Público: de 07:30h às 13:30h, através do telefone (69) 99222-9333 – Edifício Rio Jamarý - Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470.

14.7. A empresa licitante, ao seu critério, poderá declinar da visita apenas se apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

14.8. A licitante não poderá alegar, à posteriori, desconhecimento de qualquer fato.

14.9. Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação a declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução da obra, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas às condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

14.10. Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, a declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento ou não apresentarem o atestado de visita técnica emitido na ocasião da visita.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

15.1. **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:** O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por TÉCNICA E PREÇO.

15.1.1. Para o presente procedimento, o modo de disputa será o **FECHADO**, nas disposições presentes no II, c/c §2º, do art. 56 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Tal escolha justifica-se pela necessidade de preservar a estratégia de formação de preços das licitantes, evitando exposição que possa comprometer a competitividade e a obtenção de propostas tecnicamente mais qualificadas e financeiramente equilibradas. Trata-se de procedimento mais adequado para contratações com julgamento por técnica e preço, em que o preço não deve ser o único fator determinante, mas sim o conjunto da proposta que atenda integralmente às exigências do edital e às soluções técnicas necessárias à plena execução do objeto.

15.1.1.1. Neste sentido, a modalidade de **contratação por concorrência**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é a mais indicada para contratações de grande vulto ou complexidade, assegurando ampla participação de interessados, observados os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira necessários. Tal escolha proporciona maior segurança jurídica, transparência e isonomia entre os licitantes.

15.1.1.2. O **critério de julgamento por técnica e preço** justifica-se diante da relevância técnica do objeto, sendo imprescindível que as propostas sejam avaliadas não apenas pelo menor valor ofertado, mas também pela qualidade técnica das soluções apresentadas. Essa combinação permite que a Administração selecione a proposta mais vantajosa, considerando o melhor equilíbrio entre o custo e a capacidade técnica necessária para a adequada execução da obra e dos projetos integrados.

15.1.1.3. O **modo de disputa fechado** complementa a estratégia, garantindo a preservação das estratégias comerciais e técnicas das licitantes, evitando exposição pública das propostas e prevenindo comportamentos que possam comprometer a competitividade ou a obtenção de propostas efetivamente vantajosas. Esse formato é mais compatível com o nível de complexidade da contratação e com o critério de julgamento adotado, contribuindo para a seleção de propostas robustas e bem fundamentadas, tanto tecnicamente quanto sob o aspecto econômico. Cumpre

salientar que é vedado pelo § 2º do Art. 56 a utilização do modo de disputa aberto quando o critério de julgamento adotado é o de técnica e preço, conforme adotado.

15.1.1.4. Ademais, o Art. 36, Inciso I do § 1º da Lei 14.133/2021 infere:

“§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;”

15.1.1.5. Dessa forma, a **combinação da modalidade concorrência, com o critério de julgamento por técnica e preço e o modo de disputa fechado, revela-se plenamente adequada, eficiente e alinhada aos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da busca pela melhor solução técnica, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.**

15.1.2. As propostas serão julgadas pela **TÉCNICA E PREÇO**, apresentado ao **LOTE ÚNICO** que estiver participando.

15.1.3. Caberá ao pregoeiro diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indicio de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pelos participantes.

15.2. Na proposta de preços a ser apresentada, deverá constar:

- A proposta de preços terá a validade 90 (noventa) dias , onde deverá constar:
- O preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;
- Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;
- Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional; e
- Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

15.3. **DO REGIME DE EXECUÇÃO:** O regime de execução adotado será por **PREÇO GLOBAL**, tendo em vista que trata-se de um contratação integrada, onde as medições e pagamento estarão associados à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado. A escolha por este regime de execução encontra-se pormenorizada no item 8 do Estudo Técnico Preliminar (0058421702).

15.4. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

15.4.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores dos seus administradores;

d) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023.

e) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022 (art. 15 a 17);

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

h) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

15.4.2. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

15.4.3.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

a.1) No caso de empresas que estejam em recuperação judicial, deverá ser apresentado Plano de Recuperação Judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, bem como atender os demais requisitos listados neste tópico (15.4.3.).

b) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$
$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$
$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$

b.2) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais

b.2.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração ao valor individual de cada item/lote.

b.2.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Obs.: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

15.4.4.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL: Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 62, incisos II, da Lei 14.133/21, devendo ser observada as seguintes disposições:

15.4.4.1. **Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da empresa a ser contratada e registro dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.**

15.4.4.2. Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito

público ou privado, comprovando o desempenho da empresa a ser contratada em serviços similares e compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação, conforme Art. 67, II da Lei Federal nº 14.133/21;

15.4.4.3. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), atestando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

15.4.4.4. A comprovação da qualificação técnica deverá apresentar uma maior relevância nos serviços compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação.

15.4.4.5. Durante todo o período dos serviços, ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

15.4.4.6. Declaração de que empresa a ser contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.4.4.7. Capacidade Profissional - empresa a ser contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados permanentemente à empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços com as mesmas características do objeto.

15.4.4.8. Deverá ser apresentada declaração formal emitida pela empresa a ser contratada de que os equipamentos necessários para execução do Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização, conforme Declaração de disponibilidade de equipamentos (0055623388). Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria *in loco* pelo DER/RO, sempre que necessário.

15.4.4.9. **Atestados de Capacidade Técnica comprovando Capacidade Operacional** - tais atestados deverão ser apresentados de acordo com o § 1º do Art. 67 da Lei 14.133/21 o qual dispõe que:

"§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação."

15.4.4.9.1. Portanto, a empresa a ser contratada (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa, compatíveis com o objeto da licitação, sendo consideradas as atividades que possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, a seguir relacionados na Tabela 1:

Tabela 1 - Atividades de interesse que possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação

ITEM	CÓDIGO	REF.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO TOTAL R\$	%
1	0407819	SICRO NOVO	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	42.176,30	724.761,76	29,12%
2	Adaptada 01	DER-RO	Estaca perfil metálico W 250 x 85 - com emenda - fornecimento e cravação	m	451,68	R\$ 708.373,08	28,47%
3	COM-00576769	DER-RO	Elaboração de estudo de patologia e recuperação de OAE e Projeto Executivo - BDI = 44,6600	UND	1,00	R\$ 373.186,70	15,00%
4	2108169	SICRO NOVO	Escoramento com pontaletes D = 15 cm - utilização de 1 vez - confecção e instalação	m³	1.838,19	R\$ 137.092,44	5,51%
5	3108016	SICRO NOVO	Fôrmas de compensado plastificado 14 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retirada	m²	720,43	105.651,70	4,25%

15.4.4.9.2. Foram seguidos os seguintes passos para a elaboração deste quadro de quantidades:

- Inicialmente fora elaborada o documento Adendo Curva ABC de Serviços (0055632608) desconsiderando os itens referentes aos serviços preliminares e à Administração Local;
- Os serviços foram limitados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, dessa forma, foram consideradas as parcelas que tem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, portanto serão exigidos os atestados de capacidade técnica de tais serviços.
- A nova Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 67. Portanto, por interesse da Administração e pautada no § 2º do art.67 da Lei 14.133/21, serão exigidos atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o parágrafo § 1º, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

15.4.4.9.3. Em suma, por interesse da Administração e pautado no Art. 67 da Lei 14.133/2021, § 1º e § 2º serão exigidos de atestados capacidade técnica com quantidades mínimas de até **50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos serviços de maior relevância na obra**, conforme Tabela 2 que correlaciona a quantidade mínima a ser exigida, sendo estes itens, aqueles cujas parcelas possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Tabela 2 - Quantidade mínima a ser exigida das atividades de interesse que possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	SICRO NOVO	Serviço	kg	21.088,15
2	Estaca perfil metálico W 250 x 85 - com emenda - fornecimento e cravação	DER-RO	Serviço	m	225,84
3	Elaboração de estudo de patologia e recuperação de OAE e Projeto Executivo - BDI = 44,6600	DER-RO	Serviço	UND	1,00
4	Escoramento com pontaletes D = 15 cm - utilização de 1 vez - confecção e instalação	SICRO NOVO	Serviço	m³	919,099
5	Fôrmas de compensado plastificado 14 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retirada	SICRO NOVO	Serviço	m²	360,22

Obs.: Vale salientar que a quantidade mínima a ser exigida para o item 3 - "Elaboração de estudo de patologia e recuperação de OAE e Projeto Executivo - BDI = 44,6600" permaneceu como sendo uma unidade devido a impossibilidade de se realizar apenas metade deste serviço.

15.4.4.9.4. Ressalta-se que as solicitações de atestados dispostas encontram-se em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e estão em sintonia com o objeto da licitação e com a real necessidade de comprovação das condições do licitante para a execução do contrato. Além disso, os percentuais e critérios técnicos foram pensados e deliberados de acordo com os normativos e avaliados para evitar que fossem excessivos ou limitantes ao ponto de excluir competidores qualificados.

15.4.4.9.5. Essa comprovação deve ser feita mediante a apresentação de documentação (atestados) que declare a experiência anterior da licitante em trabalhos semelhantes. Cabe observar que a semelhança é referente às características técnicas, dos serviços. Nesse sentido, não bastam que os serviços sejam semelhantes, há de se demonstrar também que as quantidades executadas anteriormente são compatíveis com as que se pretende executar.

15.4.4.9.6. Os quantitativos mínimos exigidos apresentam proporção com a necessidade da escolha de empresas capacitadas para a entrega bem sucedida do objeto da licitação.

15.4.4.10. Para determinação do vínculo profissional deverá ser apresentado:

- Cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS em que conste o nome do profissional, ou Comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa a ser contratada, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

15.4.4.11. A empresa a ser contratada deverá anexar a(s) declaração(ões) individual(is) do(s) profissional(is) apresentado(s), para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

15.4.4.12. A título de comprovação de experiência do técnico, deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Estes atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e descrição dos serviços executados. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.

15.4.4.12.1. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima não será considerado pela Comissão de Licitação.

15.4.4.12.2. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal do serviço, deverá ser juntada à documentação:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;
- Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;
- Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

15.4.4.13. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das empresa a serem contratadas.

15.4.4.14. Conforme estabelecido no Art. 67, § 10 da Lei 14.133/21, em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

15.4.4.14.1. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

15.4.4.14.2. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

15.4.4.15. Na hipótese da ocorrência do item anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

15.4.5. **OUTROS DOCUMENTOS**

15.4.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.4.5.2. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

15.4.5.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

15.4.5.4. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

16. **DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

16.1. O orçamento estimado para 09 (nove) meses previsto na contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projeto básico e executivo e execução do reforço estrutural da ponte na linha RO-005 (Ponte da Vala) km-40, Rio Jamari, Ramal Aliança/Nova Aliança - município de Porto Velho/RO encontra-se no Cronograma Físico Financeiro (0053077986 - página 78), no valor total de **R\$ 4.768.271,50 (quatro milhões, setecentos e sessenta e oito mil duzentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)**.

17. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.782.2106.1515	451	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103	11025	44.90.51

18. **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

18.1. **MEDIÇÃO PARA OS PROJETOS:** Os serviços de elaboração de projetos, incluindo os estudos preliminares, deverão ser realizados conforme consta nas Especificações Técnicas de Serviços constantes no anteprojeto, nas peças técnicas e na Nota Técnica 27 (0055557650), enquanto os serviços de execução do objeto deverão ser realizados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes nas peças técnicas referentes à execução dos objetos entregues pela contratada e aprovadas por este DER-RO, ambos serão medidos de acordo com o cronograma físico-financeiro após sua devida conclusão.

18.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, além dos documentos necessários a cada medição como nota fiscal assinada pelos fiscais, relatório fotográfico, entre outros, conforme especificado neste Estudo Técnico Preliminar.

18.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem perfeitamente executados em sua totalidade, mediante aprovação da fiscalização.

18.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.1.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.1.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

18.1.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

18.2. **MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS/OBRAS:** Os serviços/obras serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação.

18.2.1. As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas desde que devidamente cumpridas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

18.2.2. As medições serão feitas mensalmente, e em conformidade com as etapas de serviços estabelecidas no cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DER/RO. O DER/RO poderá utilizar de auxílio de empresa de supervisão.

18.2.3. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

18.2.4. Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

18.2.5. Somente poderá ser efetivada a medição dos eventos que atingirem o percentual previsto para a etapa caso não haja atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores.

18.2.6. Em ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores a etapa total não será medida.

18.2.7. Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

18.2.8. As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro e deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DER/RO, sempre que os grupos de serviços forem concluídos e as metas estabelecidas atingidas. No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de Porto Velho.

18.2.9. As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

18.2.10. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.

18.2.11. Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras/serviços, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.

18.2.12. Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.

18.2.13. Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente ao serviço de projetos, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

I - Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO — ART (Autenticada) N°.....;

II - Relação de empregados que trabalham diretamente no objeto contratado;

18.2.14. Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente à obra, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

I - Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) N°.....;

II - Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) N°.....;

III - Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;

IV - Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART

estarão devidamente registrados no CREA;

V - Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO;

VI - Deverão apresentar o seguro-garantia descrito no item acerca da GARANTIA CONTRATUAL;

VII - O Cronograma Físico-Financeiro e Curva “S” atualizados.

18.2.15. Os demais documentos de caráter administrativo, serão estabelecidos em Termo de Referência e Edital.

18.2.16. A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN (ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato.

18.2.17. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E CURVA "S":**

18.2.17.1. O Contratado deverá elaborar o Cronograma Físico-Financeiro e a Curva “S”.

18.2.17.2. Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais. Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

a) Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, conforme modelo anexo no Termo de Referência de acordo com a Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499) – com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

b) Detalhar as atividades, conforme modelo anexo no Termo de Referência - com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

c) Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços.

d) Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.

18.2.17.3. O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.

18.2.17.4. Antes do início de cada serviço/obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

18.2.17.5. Antes do início de cada serviço/obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

18.2.17.6. O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

18.2.17.7. O cronograma deverá conter, além da previsão da extensão física mensal executada, a extensão acumulada efetivamente executada, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.

18.2.17.8. Caso haja aditivos contratuais que alterem o escopo ou o prazo da obra deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.

18.2.17.9. Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra.

18.2.17.10. A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo. O gráfico deverá ser construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro.

18.3. **DO PAGAMENTO:** O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

18.3.1. O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

18.3.2. A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

18.3.3. Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio

deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

18.3.4. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

18.3.5. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

18.3.5.1. No caso de não cumprimento da certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa (§3º, art. 188 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.)

18.3.6. Será observado o prazo máximo de até 15 (quinze) dias para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na Nota Fiscal até a data do efetivo pagamento. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

18.3.7. As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

18.3.8. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

18.3.9. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

18.3.10. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº. 14.133/2021.

18.3.11. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100)/365 I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

18.3.12. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

18.3.13. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

18.3.14. Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

18.3.15. O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

18.3.16. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

18.3.17. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.

18.3.18. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem

apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

18.3.19. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

18.3.20. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

18.3.21. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma

18.3.22. A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”

18.3.23. Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

18.3.24. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

18.3.25. A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

18.3.26. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

18.3.27. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. O prazo de vigência do contrato **se estenderá por mais 180 (cento e oitenta) dias**, além do prazo de execução (subitem 8.9.1.), totalizando 450 dias, a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

19.2. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme o art. 111 da Lei n.º 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

19.3. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o art. 124 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

19.4. As prorrogações dos prazos de execução e da vigência do contrato, caso necessárias, serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

19.5. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

20.2. Proporcionar todas as condições necessárias para a licitante vencedora poder cumprir o objeto desta licitação.

20.3. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

20.4. Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

20.5. A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica,

única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

20.6. Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

20.7. Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

21.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

21.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

21.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

21.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

21.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

21.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

21.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

21.9. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

21.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

21.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

21.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

21.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

21.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

21.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

21.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

21.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

21.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

21.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

21.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

21.22. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

21.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 21.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 21.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 21.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 21.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 21.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 21.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 21.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 21.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 21.32. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 21.33. Fornecer os projetos básicos e executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
- 21.33.1. A elaboração dos projetos básicos e executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.
- 21.34. Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21, conforme segue:

MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de declaro, para os efeitos do [art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que relativamente ao mês de _____ de 20__ , foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

- 21.35. De forma a atender o [inciso II, do §9º do Art. 25 da Lei 14.133/21](#), a contratada deve adotar o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), nos termos do Decreto Estadual nº 25.783, de 2021.

22. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

22.2. No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

22.3.1. **Advertência**, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

22.3.2. **Multa moratória** correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

22.3.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

22.3.3. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

22.3.4. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

22.3.5. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

22.3.6. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

22.3.7. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

22.3.8. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, **por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa, sobre a parte inadimplida do contrato, conforme a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			

07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(*) Incide sobre a parte inadimplida.

22.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 22.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **subitem**.

22.6. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

22.7. Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

22.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

22.9. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.10. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 22.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

23. DA GARANTIA DO CONTRATO

23.1. A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

23.2. As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

23.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

23.2.2. Seguro-garantia;

23.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

23.2.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

23.3. A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do Termo de Contrato.

23.4. Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

23.5. Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

23.6. Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

23.6.1. Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;

23.6.2. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;

23.6.3. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;

23.6.4. O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

23.6.5. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Termo de Referência e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.

23.6.6. O seguro-garantia deverá prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;

b) acompanhar a execução do contrato principal;

c) ter acesso à auditoria técnica e contábil;

d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

23.6.7. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

23.6.8. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

b) Objeto a ser contratado, especificado no Edital;

c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);

d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

23.7. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

23.8. O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

23.9. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

23.10. A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

23.11. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

23.12. A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

23.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

23.14. A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

24. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

24.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

24.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

24.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

24.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

24.6. PREPOSTO

24.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

24.6.2. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato.

24.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

24.7. FISCALIZAÇÃO

24.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

24.7.2. Fiscalização de contrato

24.7.2.1. A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, regidos pelo DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 21 e art. 22

- I - conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;
- II - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
- III - no caso específico de obras e prestação de serviços de engenharia, cumpre ainda aos fiscais:
 - a) fazer constar todas as ocorrências no Diário de Obras, com vistas a compor o processo documental, de modo a contribuir para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e dando ciência ao gestor quando excederem as suas competências;
 - b) zelar pela fiel execução da obra, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados, bem como quanto aos aspectos ambientais;
 - c) atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
 - d) acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução do objeto contratado, quando houver;
 - e) informar ao gestor ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;
 - f) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados, conforme disposto em contrato.

24.7.3. Fiscalização Técnica

24.7.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

24.7.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

24.7.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

24.7.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

24.7.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

24.7.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

24.7.3.7. Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23

24.7.4. Fiscalização Administrativa

24.7.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

24.7.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

24.7.4.3. Proporcionar todas as condições necessárias para que o licitante vencedor possa cumprir o objeto desta licitação.

24.7.4.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

24.7.4.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

24.7.4.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

24.7.4.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

24.7.4.8. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 24.

24.8. GESTOR DO CONTRATO:

24.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

24.8.2. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato. DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VII ART. 20

I - instruir o processo com os documentos necessários às alterações contratuais, inclusive controlando os limites aplicáveis, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;

II - encaminhar o requerimento de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;

III - controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, instruindo o processo com a documentação necessária;

IV - prover o fiscal do contrato das informações e dos meios necessários ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;

V - comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência;

VI - adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência, cabendo à autoridade competente a deflagração do respectivo procedimento, a notificação da contratada para a apresentação de defesa e a decisão final;

VII - promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor;

VIII - propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;

IX - receber as notas fiscais atestadas pelo(s) fiscal(is) do contrato e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

X - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica;

XI - documentar nos autos todos os fatos dignos de interesse administrativo;

XII - registrar as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pelo Poder Executivo do Estado de Rondônia, inclusive inserindo os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e mantê-los atualizados;

XIII - diligenciar para o acompanhamento de situações que possam impactar nos preços contratados, como a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais que repercutam no contrato, na forma do art. 134 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

XIV - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

XV - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

XVI - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o

atendimento das exigências contratuais;

XVII - receber os pedidos de reajuste, repactuação e revisão de contratos, devendo emitir parecer quanto ao cabimento.

24.9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ORIENTAÇÕES GERAIS

24.9.1. Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas no Termo de Referência, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

24.9.2. A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras/serviços.

24.9.3. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

24.9.4. As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Termo de Referência e nas regras de boa técnica. A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra/serviços.

24.9.5. À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

- a) Solicitar por escrito Diário de Obras, devidamente preenchido na obra;
- b) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos (A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do contrato);
- c) Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações;
- d) Ordenar a suspensão das obras/serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra;
- e) Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- f) Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;
- g) Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato.

24.9.6. Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.

24.9.7. O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o decreto estadual Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23 .

24.9.8. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistirão nos critérios a serem estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:

- I - Os resultados alcançados em relação ao contratado;
- II - A verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- III - Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;
- IV - A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- V - A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- VI - O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

25. DO EQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

25.1. Em consonância com o Art. 133 da Lei 14.133/2021, nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I - Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II - Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- III - Por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46

desta Lei ;

IV - Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

25.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

25.3. A **data-base** da planilha orçamentária estimativa é **SICRO – Mês base julho/2024** e serve como orientação aos **licitantes**. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

25.4. Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento preestabelecido no edital, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

25.5. O reajustamento dos serviços deve ser realizado de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.

25.6. Os preços contratuais, em Reais (R\$), serão reajustados da seguinte forma:

25.7. Pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;

25.8. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo:

$$IR = \frac{Ii}{IO}$$
$$R = V \times IR$$

Onde:

IR = Índice de reajuste das parcelas, arredondado até a quarta casa decimal;

IO = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DER/RO ou no mês do reajustamento anterior;

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor atual da parcela;

R = Valor reajustado da parcela.

25.9. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

25.10. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

25.11. Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

25.12. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

25.13. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

25.15. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25.16. Justificativa a sua adoção atendendo aos princípios públicos da equidade e do equilíbrio econômico-financeiro frente a condições imprevisíveis e/ou mudanças no cenário econômico que inviabilizem a execução total do objeto.

25.17. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será de 60 (sessenta) dias úteis.

26. DOS ADITIVOS

26.1. Fica vedada a celebração de termos aditivos a este contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses, conforme Art. 133 da Lei n.º 14.133/2021:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#);

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do [§ 5º do art. 46 desta Lei](#);

IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

26.2. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua

ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Risco são de responsabilidade da contratada.

27. DA MATRIZ DE RISCOS

27.1. No quadro abaixo constam os riscos que deverão ser suportados pela contratante e/ou contratada, conforme alocação.

FASE DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS				
Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Escassez de projetistas especializados na elaboração de projetos de pontes	Certame licitatório com a participação de poucas empresas	Divulgação ampla do edital em nível nacional	Contratante
	Necessidade de reequilíbrio financeiro devido à alterações no contrato solicitadas pela Administração.	Necessidade de renegociar termos contratuais.	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reequilíbrio financeiro quando necessário, no que diz respeito aos termos contratuais.	Contratante/Contratada
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas.	Atraso na entrega do projeto, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento Contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos de Projeto	Falhas no planejamento da elaboração do projeto.	Atrasos na entrega do projeto.	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de gerenciamento de projetos eficientes	Contratante/Contratada
	Desalinhamento entre as equipes como falta de comunicação, divergências na elaboração do projeto	Erros na elaboração e na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
	Não atendimento dos requisitos e parâmetros mínimos de performance estabelecidos no anteprojeto ou no projeto básico.	O projeto básico e/ou executivo elaborado pelo contratado não é aprovado pela administração ou por outros órgãos licenciadores. Necessidade de refazer o projeto. Aumento de custos. Atraso no cronograma.	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Acompanhamento da obra por equipe de fiscalização atuante. Contratação de supervisora. Estabelecimento de requisitos de habilitação de licitantes adequados. Celebração de termos de aditamento contratual, nos regimes de empreitada.	Contratada
	Inadequação para provimento dos serviços na qualidade, quantidade e custo	Alteração dos custos de implantação e inadequação dos serviços.	Responsabilidade da solução de engenharia do contratado. Não pagamento se os níveis de serviço não forem atingidos. Contratação de seguro performance. Fornecimento dos elementos de projeto. Remuneração de risco.	Contratada
	Atraso na elaboração dos projetos básicos e/ou executivo, gerando custos adicionais.	Atraso na execução do objeto contratual.	Exigência de garantia contratual ou seguro garantia (performance bond). Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.	Contratada
	Não aprovação dos projetos pelo contratante.	Atraso na execução do objeto contratual. Custos adicionais com o refazimento dos projetos.	Exigência de garantia contratual ou seguro garantia (performance bond). Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato	Contratada
FASE DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS				

Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Escassez de construtoras especializadas no reforço de pontes.	Certame licitatório com a participação de poucas empresas	Divulgação ampla do edital em nível nacional	Contratante
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso na execução, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato.	Necessidade de reajustamento Contratual.	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário. Verificar se houve atrasos/paralisações e os responsáveis.	Contratante/Contratada. Quando o atraso/paralisação se der por responsabilidade da contratada, esta não terá direito ao reajuste referente ao período de atraso/paralisação.
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos Geotécnicos	Mudanças na seção transversal do rio	Mudança no escopo da mesoestrutura do projeto e/ou fundações; necessidade de escavações.	Realizar estudos topobatimétricos detalhados no eixo da construção da ponte. No entanto, vale ressaltar que este é um caso excepcional, sendo, em geral, impossível sua previsão em virtude da natureza do serviço, portanto, nestes casos deve ser realizado um trabalho em conjunto visando a melhor solução a ser adotada.	Contratante/Contratada
	Problemas correlatos ao o solo, tais como a variabilidade destes de acordo com sua extensão e profundidade.	Mudança no escopo, no volume e na profundidade de assentamento da fundação, podendo ser necessária quantidade maior de materiais, de tratamentos especiais com maior consumo de aço e/ou concreto e/ou, ainda, mudança na técnica de construção prevista, bem como no volume de escavação. Possíveis alterações nos custos.	Realizar estudos geotécnicos anteriormente ao início da obra no local de implantação das fundações sempre que possível. No entanto, tendo em vista ser uma situação cuja verificação só é possível durante a execução, se faz necessário realizar a adequação escopo e de quantitativos de acordo com a demanda observada in loco durante a execução desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra.	Contratada
Riscos de Projeto	Falhas no planejamento	Atrasos na obra	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de gerenciamento de projetos eficientes	Contratante/Contratada
	Desalinhamento entre as equipes como falta de comunicação, divergências na interpretação do projeto	Erros na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
	Mudanças nos regulamentos ambientais como atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação da obra, multas	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Descobertas arqueológicas ou outras interferências relacionadas com patrimônio cultural	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Acionar as entidades competentes, seguir as diretrizes indicadas por estas, as quais o caso requer. Se necessário, realizar a readequação do projeto visando o menor impacto possível.	Contratante/Contratada

Riscos Ambientais	Embargo em caso de irregularidade de passagem de fauna inferior e/ou superior	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Caso não tenha sido previsto em projeto, deve ser realizada a verificação in loco no início da obra acerca das condições de necessidade ambiental da implantação de passagem de fauna.	Contratante/Contratada
	Atraso, não obtenção, alteração e/ou renovação das licenças ambientais	Paralisação da obra; Atraso no cronograma.	Monitorar e controlar o licenciamento do empreendimento.	Contratante/Contratada
	Impacto no solo devido a movimentações de terra	Erosões, recalques, desabamentos, contaminação do solo;	Implementação de práticas sustentáveis; conformidade com regulamentações ambientais; monitoramento ambiental contínuo	Contratada
Riscos de Segurança	Acidentes de trabalho, violações de normas de segurança	Lesões, perda de vidas, paralisação do trabalho	Treinamento regular, implementação de medidas de segurança; auditorias regulares	Contratada
Riscos de Material	Limitada quantidade de fornecedores na região. Greves ou paralisações na produção de materiais, ou aumento de frete	Escassez de fornecedores de materiais.	Manter relacionamento sólido com fornecedores. Diversificar fontes de suprimento.	Contratada
	Atraso na aquisição de materiais devido à escassez de fornecedores, logística inadequada, entre outros motivos.	Atraso no cronograma, possíveis penalidades contratuais	Diversificar fornecedores, planejamento logístico eficiente	Contratada
	Problemas com a qualidade dos materiais	Materiais adquiridos não atendem aos padrões de qualidade especificados, entregues fora das especificações acordadas, podendo prejudicar a qualidade do produto final com riscos estruturais e/ou custos adicionais para substituição.	Diversificação de fornecedores; controle rigoroso da qualidade dos materiais; Auditorias regulares; Aquisição com fornecedores certificados; Estabelecimento de penalidades contratuais.	Contratada
	Escassez de matérias-primas essenciais para a produção. Falhas na programação de produção dos fornecedores.	Atrasos na entrega dos materiais. Prejuízo ao cronograma do projeto. Problemas logísticos, como transporte inadequado.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratada
	Acidentes durante o transporte que danificam os materiais ou armazenamento inadequado durante o transporte.	Contaminação ou perda de qualidade do material. Inviabilidade da utilização do material.	Contratar transportadoras confiáveis. Garantir condições adequadas de armazenamento durante o transporte.	Contratante
Riscos Climáticos	Eventos climáticos severos, como inundações, chuvas frequentes, em especial no período conhecido como inverno amazônico, afetam na execução dos serviços.	Paralisação da obra, atrasos no cronograma. Possíveis danos à estrutura.	Monitoramento de tendências climáticas. Implementação de medidas de adaptação. Considerar o ciclo hidrológico durante a elaboração do cronograma.	Contratante/Contratada
Riscos de Regulamentação	Descumprimento das legislações inerentes ao tema devido à atualizações na legislação, novas restrições, ou apenas não atendimento à diretrizes existentes.	Paralisação da obra; Multas; Atraso no cronograma; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Alterações nas leis ou regulamentos governamentais	Introdução de regulamentos ambientais mais rigorosos. Mudanças na tributação sobre materiais de construção. Restrições ao transporte de materiais.	Acompanhamento e adaptação às mudanças regulatórias. Consulta com especialistas legais.	Contratante/Contratada

Riscos de Licenciamento	Necessidade de alterações no Licenciamento ambiental e Componente ambiental de projeto de engenharia e execução dos referidos serviços visando o cumprimento de condicionantes ambientais que demandem acréscimos de serviços de obras, cujos itens de serviço não tenham sido previstos no orçamento da contratação; Atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento o mais cedo possível; colaboração estreita com as autoridades competentes	Contratante/Contratada
	Falhas na programação ou na execução de etapas de obra.	Atrasos em etapas da obra que culminam com atrasos no cronograma do projeto, bem como na sua entrega final.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento e cumprimento de prazos de execução conforme cronograma físico-financeiro.	Contratada
	Risco de ocorrerem eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo.	Atraso no cronograma; aumento de prazo de execução.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratante/Contratada
	Variação de volume de material de limpeza, com adicional de carga, transporte e disposição	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazo e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio. Quando o atraso/paralisação se der por responsabilidade da contratada, esta não terá direito ao reajuste referente ao período de atraso/paralisação.	Contratante/Contratada
	Refazimento de serviços conclusos e/ou bloqueados, perdidos por questões climáticas	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazos e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio.	Contratante/Contratada
	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Contratante
	Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Contratante
	Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.	Contratada

Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços devido à Metodologia de avaliação e quantificação ser subjetiva ou não proporcionar mecanismo para quantificar a demanda ou por execução incompleta dos serviços por parte da empresa.	Paralisação da execução contratual, ou pagamento de serviços não completos.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra.	Contratante/Contratada
Divergências entre as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra	Contratante/Contratada
A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca do capital da Licitante.	Contratada
Dificuldade de acesso da Fiscalização ao local da Execução dos serviços devido à limitação da disponibilidade de viaturas para a locomoção.	Paralisação da obra; Impossibilidade de medição de serviços; execução de serviços durante a ausência da fiscalização;	Antes da emissão da Ordem de Início dos Serviços, planejar as viagens e encaminhar para a reserva de veículo. Solicitar à chefia imediata a necessidade de disponibilidade de empenho para viagens.	Contratante
O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação da obra; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Contratada
O Fornecedor é incapaz de iniciar a obra/serviço devida falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Contratante
Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada

Riscos Executivos

Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção da quantidade mínima de equipamentos de topografia, de laboratórios e de veículos, assim como, a quantidade de imóveis e de mobiliário necessários e suficientes para a perfeita execução da obra.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços, imputar na falha da qualidade do serviço, em atrasos na entrega, patologias precoces nas obras ou surgimento de não conformidades;	Verificar e garantir que a empresa mobilize equipe, equipamento e instalações necessários e suficientes para atendimento ao edital e situação de obras. Ao identificar a ocorrência os fiscais devem acionar os gestores para que estes tomem as medidas cabíveis; Acompanhamento de refazimento de serviços sem ônus ao DER.	Contratada
Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início da obra. Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções; Acionar o seguro contra riscos de engenharia.	Contratada
Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior como epidemias, pandemias, enchurradas, escorregamentos, desabamentos, alagamentos, incêndios naturais, perda de cimbramentos.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e imputar em atrasos na entrega, além do surgimento de possíveis patologias precoces nas obras ou de não conformidades; Inviabilização da continuidade da obra; Aumento de custos.	Analisar o caso de acordo com sua complexidade a fim de adotar medidas compatíveis com cada situação, verificando a possibilidade de acionar seguros, tendo em vista que são situações de caráter excepcional.	Contratante/Contratada
Inclusão ou adição de Controle Tecnológico e/ou Geométrico devido à necessidade de execução de ensaios adicionais para caracterizações adicionais imprevisíveis, elaboração/análise de Revisão de Projeto em Fase de Obras.	Adequação de quantitativos; Aditivo de alteração de quantitativos e de custos.	Realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante/Contratada
Resultados de ensaios inconsistentes; Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas Instruções, Normas e Termo de Referência, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não estarem devidamente calibrados.	Surgimento de não conformidades; Patologias precoces nas obras; Controle Tecnológico/Geométrico deficitários	Refazimento de serviços não conformes sem ônus ao DER.	Contratada
A Administração poderá modificar e/ou ampliar especificações de serviço e Normas a serem seguidas a fim de garantir que sejam utilizadas as especificações e normas vigentes.	Possível alteração no prazo, custos e no escopo do objeto.	Reequilíbrios por meio de aditivos contratuais.	Contratante/Contratada
Acréscimo ou redução de volume previsto em projeto devido à ajustes de transporte e reposição de material qualificado, necessidade de tratamento de camadas de solo de baixa capacidade de suporte ou levantamento de quantitativos de maneira equivocada durante a fase de projeto.	Alterações no cronograma. Necessidade de alteração de quantitativos, bem como de prazo.	Conferir criteriosamente se os valores previstos no projeto realmente precisam de adequações durante a execução da obra, e em caso positivo prosseguir com as alterações necessárias, em caso negativo, não aprová-las.	Contratante

Mudança de traçado	Risco de não haver liberação para o contratado iniciar o empreendimento. Risco de não obter desocupação de áreas invadidas ou já desapropriadas. Mudança de prazo, mudança de custo e mudança de traçado	Realizar o levantamentos das áreas, cadastro e avaliação; Adequação de cronograma; Estimar o custo da desapropriação e relocação, incluindo indenizações.	Contratante/Contratada
Mudança de origem de material, ou acréscimo do número de fontes devido ao esgotamento ou impossibilidade de utilizar jazidas; Indisponibilidade ou baixa disponibilidade do material na região indicada para compra;	Necessidade de encontrar e realizar trâmites necessários para a utilização de novas jazidas bem como de demais fornecedores. Atrasos no cronograma.	Conferir situações e capacidades das jazidas previstas em projetos previamente ao início da obra; Conferir disponibilidade de materiais nas regiões indicadas para compra; Buscar alternativas para a aquisição dos materiais necessários visando a garantia do custo-benefício.	Contratante/Contratada
Acréscimo ou redução no quantitativo de serviços decorrentes da necessidade de retalhamentos dos maciços/encostas/taludes, ou de serviços de contenção para estabilização de taludes e maciços não previstos no anteprojeto	Alterações no cronograma. Necessidade de alterações de quantitativos, bem como de prazo.	Realizar visita in loco para verificar a necessidade do serviço de contenção. Caso este não possa ser previsto anteriormente durante a fase de projeto, realizar a adequação de quantitativos de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante
Danos às propriedades vizinhas da obra devido à recalques do solo ou vibração excessiva.	Aumento do custo de execução. Paralisação da obra por ações judiciais ou por órgãos de fiscalização. Pagamento de indenizações. Aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.	Instrumentação e monitoramento dos recalques. Levantamento inicial e detalhado da situação das propriedades.	Contratada
Impossibilidade de trânsito durante a execução da obra devido ao trânsito de máquinas pesadas, trabalhadores, desenvolvimento de atividades pontuais, dentre outros.	Descontinuidade da prestação do serviço ao usuário e perda de produtividade, necessidade da execução de desvios. Necessidade de aditivos de prazo.	Propor plano de ataque da obra e simular condições operacionais durante a fase de projeto. Durante a fase de execução da obra, prover rotas de acesso provisórias as quais possuam a menor adição de distância possível, garantindo ainda, as condições de trafegabilidade e conforto da via.	Contratada
A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos.	Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Contratante
Necessidade de remanejamento de linhas de energia, redes de telecomunicações, saneamento e demais interferências tanto de projeto, quanto executivas, em todas as áreas da obra, inclusive áreas de apoio, além daquelas claramente previstas no Edital, seus anexos e nos critérios de pagamento - desde que mantido o traçado previsto no anteprojeto.	Paralisação da obra; Possível necessidade de aditivos de prazos.	Alterar sequência construtiva devido à reprogramação nos remanejamentos de redes de interferências.	Contratante/Contratada

28. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

28.1. Os critérios de sustentabilidade que a CONTRATADA deverá obedecer são os dispostos abaixo, de acordo com o Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 e com o Art. 45 da Lei Nº 14.133/21, os quais estabelecem:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

28.2. Deve ser observado que os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

28.3. Conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o construtor de obras civis de construção de obras de arte deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas do Guia supracitado sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

28.4. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

28.5. A Contratada deverá elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente e à Contratante, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

28.6. Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos: I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros; II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

28.7. O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

28.8. A pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas do Guia Nacional de

Contratações Sustentáveis sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

28.9. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

28.9.1. É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

28.9.2. A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

28.9.3. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

28.10. DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

28.10.1. O procedimento de Licenciamento Ambiental para execução dos serviços referentes às obras de arte nas rodovias estaduais, bem como todo o trâmite relativo à supressão vegetal, se necessário, serão de responsabilidade do DER/RO.

28.10.2. O Processo em questão possui a Licença Ambiental nº 31 SOL/DLA (0053587912).

28.11. DAS DESAPROPRIAÇÕES

28.11.1. Não há a previsão de desapropriação na área indicada para recuperação da ponte, por se tratar da atuação em área já existente. Entretanto, a Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de projeto e em caso da existência de áreas que estejam em localidades que não perfaçam a área de domínio da rodovia, essas áreas devem ser indicadas com fito ao desenvolvimento de processo de cunho de desapropriação por parte da Contratante.

28.11.2. A possível indicação das áreas deverá ser realizada após a elaboração de Estudo de Viabilidade e Identificação dos Imóveis a Serem Desapropriados.

28.11.3. Em caso de haver áreas a desapropriar, as seguintes responsabilidades devem ser atribuídas:

28.11.4. A Contratante é a responsável por emitir a declaração formal de privacidade pública ou de interesse social, que justifica a desapropriação para a execução do projeto em caso de necessidade de procedimento expropriatório.

28.11.5. A estimativa de valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos fica a cargo da contratada

28.11.6. Os riscos oriundos da diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados devem ser distribuídos entre as partes.

28.11.7. O registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverão constar em nome da Contratante.

29. DOS CASOS OMISSOS

29.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

30. DA INEXECUÇÃO E DAS RESCISÃO DOS CONTRATOS

30.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

30.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

30.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

30.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela

resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

30.4.1. Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

30.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

30.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

30.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

30.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

30.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

30.5.3. Indenizações e multas.

30.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

30.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei 14.133/2021.

30.8. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

31.2. Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

31.3. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

31.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).

31.5. Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

31.6. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

31.7. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;

31.8. Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

32. ANEXOS

I - Estudo Técnico Preliminar 7 (0058421702);

II - Nota Técnica 27 (0055557650);

III - Mapa de Risco 49 (0053590623);

IV - Adendo Anteprojeto-Rio da Vala Rev04 (0052977721);

V - Adendo Ramal aliança reforço (0052977804);

VI - Adendo BDI OAE PONTE DA VALA JULHO 2024 (0055569506);

VII - Adendo BDI CONSULTORIA PONTE DA VALA JULHO 2024 (0055544593);

- VIII - Adendo ADM SICRO JULHO 2024 - PONTE DA VALA (0055577602);
- IX - Adendo MOBILIZAÇÃO E DESMOB. PONTE DA VALA SICRO JUL/24 (0055577832);
- X - Adendo CANTEIRO PONTE DA VALA - SICRO JULHO 2024 (0055578072);
- XI - Adendo ART Hívinna S. Maia (0055585079);
- XII - Adendo Composições - Elaboração de Projetos (0055585572);
- XIII - Adendo COMPOSIÇÃO DETALHAMENTO DE PROJETO (0055589305);
- XIV - Planilha Orçamentária - JULHO 2024 (0055590499);
- XV - Adendo ART - ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO (0055591346);
- XVI - Declaração de disponibilidade de equipamentos (0055623388);
- XVII - Adendo Curva ABC de Serviços (0055632608); e
- XVIII -Licença Ambiental (0053587912).

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovador por:
CLEITON RODRIGUES DA SILVA Assessor Técnico de Licitação - DER/RO	POLIANA DE MELO PESSÔA Chefe de Equipe de Engenharia - DER-CPPOO IANARA FÉLIX NÉRI DA SILVA Engenheira Civil	BRUNO MESQUITA DOS SANTOS Coordenador da CPPOO - DER/RO
Autorização pelo Ordenador de Despesas		
EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS Diretor-Geral do DER/RO		



Documento assinado eletronicamente por **Poliana de Melo Pessôa**, **Chefe de Núcleo**, em 25/03/2025, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **IANARA FELIX NERI DA SILVA**, **Técnico(a)**, em 25/03/2025, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO MESQUITA DOS SANTOS**, **Coordenador(a)**, em 25/03/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEITON RODRIGUES DA SILVA**, **Assessor(a)**, em 25/03/2025, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS**, **Diretor(a)**, em 26/03/2025, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058515716** e o código CRC **3B880331**.